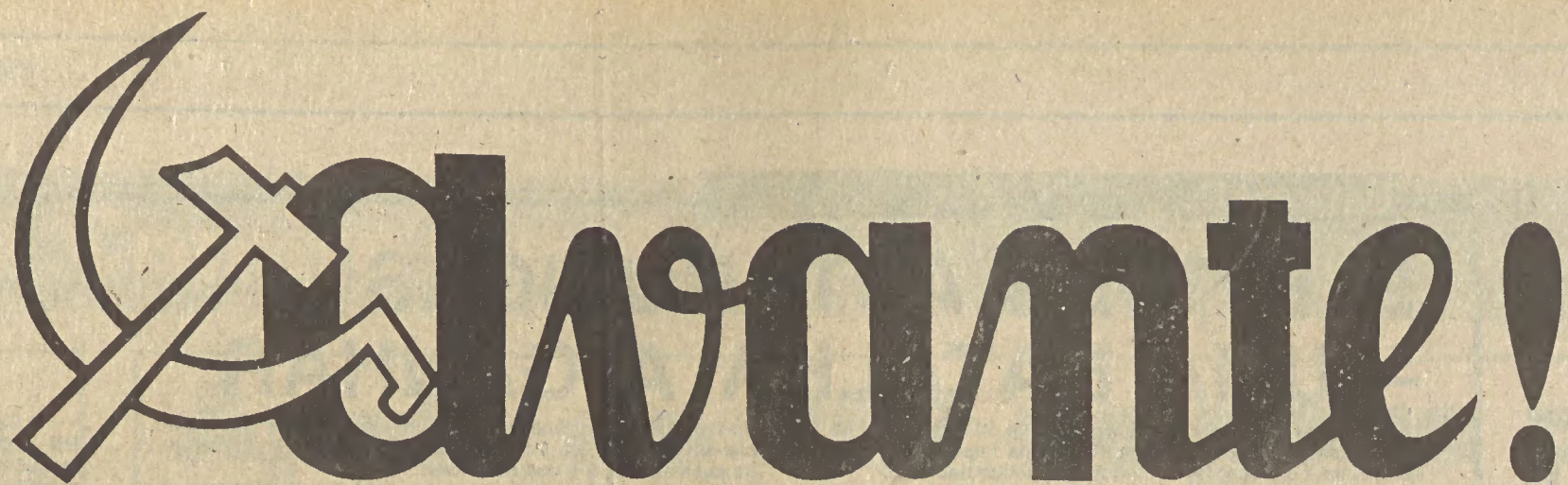


ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 - Série VII - N.º 462
11 de Novembro de 1982

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



Em defesa da maternidade

Pela primeira vez, a Assembleia da República vai poder ocupar praticamente uma semana parlamentar a discutir e a deliberar sobre problemas e direitos que muito especialmente dizem respeito à mulher. É caso para dizer que já não era sem tempo! Reveste-se de grande significado este facto, só possível por o PCP ter usado para o efeito os seus direitos constitucionais e regimentais. O País poderá assim assistir a um debate e à tomada de resoluções sobre problemas a que ninguém é alheio e dizem respeito à vida e ao viver de todos nós, mulheres e homens. **pág. 6**
Palavras de Zita Seabra na abertura do debate parlamentar sobre os três projectos de lei do PCP de defesa da maternidade

ÁLVARO CUNHAL NO BAIXO MONDEGO

No quadro da preparação para as próximas eleições autárquicas, o secretário-geral do PCP estará na região do Baixo Mondego no próximo sábado. O programa inclui visita, de manhã, a Vila Verde e Taverede (Figueira da Foz), um almoço-conívio em Lideia e, à tarde visitas a Montemor-o-Velho (comício), Formoselha, Alfaiolos, Soure (Comício) e jantar-conívio em Condeixa

DELEGAÇÃO EM FRANÇA

A convite do Comité Central do Partido Comunista Francês, uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP visitará a França a partir da próxima segunda-feira, 15 de Novembro.



REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

O ÚNICO VOTO CERTO O ÚNICO VOTO ÚTIL É O VOTO NA APU



Na reunião plenária do CC do PCP, realizada na terça-feira, foram analisadas as eleições para as autarquias e a actual situação política. O Comité Central aprovou um **Apelo ao Povo Português para o Voto na APU**, um **Apelo para a Jornada Nacional da APU** de 20 a 21 de Novembro com vista ao arranque para uma campanha eleitoral de massas e uma **Declaração do PCP sobre a Situação Política**. O "Avante!" publica os três documentos completos na **pág. 3**



O Encontro Nacional da JCP constituiu uma afirmação da determinação dos jovens comunistas na luta pelo Portugal de Abril.

REFORÇAR A JCP! VIVER E LUTAR POR ABRIL!

Reportagem e discurso de Álvaro Cunhal no Encontro Nacional da JCP nas páginas centrais

SEMANA

3
Quarta-feira

Presidente da AR

O ministro Menêres Pimentel revela que o Governo AD pretende impor, por decreto-lei, um novo tecto salarial para vigorar no próximo ano; para a Função Pública a proposta da AD é de 14 por cento, o que já foi rejeitado pelos sindicatos ■ Leonardo Ribeiro de Almeida é eleito presidente da Assembleia da República, após muitas hesitações dos centristas, que não votaram sem garantir que o lugar será ocupado por um centrista no próximo ano ■ Trabalhadores da Quimigal protestam nas ruas do Barreiro contra bloqueio económico do governo à empresa ■ Termina em Lisboa a Conferência Internacional Preparatória da Assembleia Mundial pela Paz e a Vida ■ O secretário da OUA marca a cimeira da Organização para 23 deste mês, em Tripoli, na Líbia ■ E anunciado em Buenos Aires a existência de mais sepulturas de "desaparecidos" políticos.

4
Quinta-feira

O Grupo Parlamentar do PCP exige na AR informações sobre o volume de despesas públicas feitas pelo Governo; o requerimento segue-se à iniciativa do PS de obter informações sobre as despesas públicas da Presidência da República ■ Pinto Balsemão não comparece para encerrar a interpegação ao Governo sobre a sua política de informação; o caso da Anop esteve em foco e o secretário de Estado José Alfaia foi acusado de "negociatas e falcatruas" ■ A gestão do hospital de Sta. Maria anuncia aos trabalhadores que o estabelecimento regista um défice de 500 mil contos e que o Governo, informado, ainda não tomou quaisquer medidas ■ Os trabalhadores do Metro paralisam durante 3 horas pelo cumprimento do Acordo de Empresa ■ O comandante da divisão Brunete, Lago Roman, é assassinado à saída de Madrid ■ O FMI aprova a concessão de créditos à África do Sul, no valor de mais de um bilião de dólares; os países africanos protestaram contra este apoio descarado ao regime de apartheid do governo de Pretória ■ O governo da Bolívia toma medidas para "desligar" a economia do país da influência do dólar norte-americano; é fixada nova cotação para o peso.

5
Sexta-feira

Jacques Tati

Falando ao país, o Presidente da República critica o processo de revisão constitucional e avisa os partidos da "maioria responsável pela revisão" de que devem "demonstrar a qualidade e a funcionalidade das fórmulas que aprovaram" ■ O PCP considera justas as críticas do PR mas salienta que a comunicação ao país não corresponde à expectativa dos milhões de portugueses que exigem a demissão do governo ■ É lançada a notícia de que o governo pretende lançar um imposto de 20 por cento sobre o 13.º mês, considerado pela AD "rendimento não essencial" ■ O secretário de Estado José Alfaia apresenta a demissão, mas Balsemão não a aceita, apesar de o ter abandonado na AR durante a interpegação sobre a Anop ■ Morre Jacques Tati, realizador cinematográfico francês, vítima de embolia pulmonar ■ A secretária do Trabalho norte-americana anuncia o aumento do desemprego nos EUA que atinge já 11,6 milhões de trabalhadores ■ A Nicarágua declara em regime de "prevenção militar" a sua zona de fronteira com as Honduras, devido ao perigo de invasão por tropas somozistas ali acampadas permanentemente.

6
Sábado

O PS reage violentamente à comunicação do PR, chegando ao ponto de afirmar que "se o PR está em conflito aberto com a Constituição revista, deverá renunciar ao seu mandato". O PSD e o CDS também não gostaram: o primeiro classifica-o de "ofensivo para o Parlamento" e o segundo de "enganativo e inoportuno" ■ Forte temporal em todo o país provoca inundações e cortes de energia ■ Termina em Lisboa o 7.º Encontro dos Trabalhadores da Indústria Naval ■ Na sequência dos resultados das eleições espanholas, o PCE muda de secretário-geral; Santiago Carrillo afasta-se e é proposto para lhe suceder Geraldo Iglesias, mineiro, de 37 anos, que desde 1978 é secretário-geral do PCE das Astúrias ■ Dois dirigentes da ETA militar são presos em França, dias depois da organização ter reivindicado a morte do comandante da divisão "Brunete" ■ A "Rádio Venceremos" dos guerrilheiros de El Salvador anuncia um ataque contra importante centro, Suchitoto, a apenas 40 quilómetros de San Salvador.

7
Domingo

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirma no encerramento do Encontro Nacional da JCP, no Barreiro, que o objectivo de Mário Soares e da direcção do PS "não é a demissão do Governo mas a demissão do Presidente Eanes, não são eleições antecipadas para a AR, mas eleições antecipadas para a Presidência da República" ■ A APU anuncia ser a única força política a concorrer em Santarém a todas as autarquias do distrito ■ Em consequência do temporal que assolou o país, mais de dez famílias ficam desalojadas na freguesia da Sé, no Porto ■ Nas comemorações do 65.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro, em Moscovo, Leonid Brejnev adverte "os amantes de aventuras militares" de que a URSS dará "uma réplica fulminante" a qualquer "eventual agressor" ■ Golpe de Estado no Alto Volta, pequeno país africano dos mais pobres do mundo, liderado pelo Conselho Provisório de Salvação Nacional, composto por sargentos e soldados ■ O presidente boliviano, Siles Suazo, anuncia um "pacote" económico para reorganizar a situação na Bolívia.

8
Segunda-feira

Outra derrocada

Os militantes socialistas da secção da Golegå do PS decidem fechar a sede local do partido e apelar à abstenção nas próximas eleições autárquicas; segundo aqueles socialistas, são "fantoques" as listas apresentadas sob a sigla PS, dado que resultam de "um acordo secreto PS/AD" em que não foram vistos nem achados, autorizado pelos dirigentes distritais e nacionais do PS. ■ Derrocada de um prédio de sete andares em Lisboa deixa sem habitação 14 famílias ■ Começa a semana de sensibilização dos trabalhadores e da opinião pública para a responsabilidade do Governo na degradação dos serviços públicos e das condições de vida dos trabalhadores da Função Pública ■ O Governo grego anula o exercício "Apex Express 82" da NATO, por considerar que poderia pôr em causa "a segurança das suas fronteiras" ■ Menachem Begin declara à comissão de inquérito que o governo de Israel prematou a acção nos campos de refugiados palestinianos de Beirute.

9
Terça-feira

Após reunião do seu Comité Central, o PCP salienta a importância política das próximas eleições autárquicas e dirige um apelo ao Povo português para o voto na APU, factor decisivo para o reforço do Poder Local e a derrota da "AD" ■ Inicia-se na Assembleia da República a discussão dos três projectos-de-lei do PCP referentes à defesa da maternidade: Protecção e Defesa da Maternidade; Garantia do Direito ao Planeamento Familiar e Educação Sexual e Interrupção Voluntária da Gravidez ■ A Federação dos Sindicatos Hoteleiros anunciou que não respeitará em 1983 qualquer tecto salarial, "qualquer limite, administrativa e governamentalmente imposto para os aumentos salariais" ■ Tornou público que nos Estados Unidos o desemprego atingiu novo recorde em Outubro ao ultrapassar a barreira dos 10 por cento ■ Após interrupção de oito meses, recomeçam em Madrid os trabalhos da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia ■ Um porta-voz do governo angolano anuncia novo ataque da aviação sul-africana contra posições angolanas na região de Cahama, na provincia do Cunene. •

Editorial

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS
— UMA BATALHA A GANHAR

A batalha das eleições autárquicas de 12 de Dezembro assumiu nestes últimos dias uma importância que seria ocioso diminuir no contencioso político nacional.

Acontecimentos de relevo se produziram na vida do País, entre os quais,

1) — Terminou parcialmente o processo de revisão da Constituição; os novos órgãos nela previstos foram criados ou estão em vias de ser criados; em consequência, uma nova arrumação do sistema de Poder foi já praticamente instituída;

2) — Na passada semana terminou o prazo para a entrega das listas de candidaturas dos diversos partidos e coligações às eleições dos órgãos de Poder Local, neste momento na fase de verificação e reclamação, e definiu-se de maneira precisa o espectro político das forças concorrentes;

3) — Na última sexta-feira o Presidente da República fez uma importante comunicação política ao País e uma clarificação das posições dos diversos partidos com assento parlamentar quanto à questão candente das relações institucionais entre órgãos de soberania e, de maneira mais precisa, a do relacionamento político concreto entre o Governo, os partidos e o Presidente da República tornou-se mais nítida.

4) — Na Assembleia da República foi submetida a uma vigorosa crítica da oposição a escandalosa manipulação pela "AD" dos órgãos de comunicação social de massa estatizados, teve início e termina hoje a discussão das importantes propostas de lei de defesa da maternidade, de planeamento familiar e de interrupção voluntária da gravidez, apresentadas pelo PCP;

5) — Simultaneamente agravou-se a crise económica e financeira com profundas incidências sociais; o Orçamento Geral do Estado anuncia-se carregado de ameaças para os trabalhadores e toda a população laboriosa; os factores negativos acumularam-se e a resposta de massas à política antipopular do Governo "AD"/Balsemão/Freitas do Amaral revestiu-se por vezes de grande firmeza e combatividade das classes sociais empenhadas na luta e vai continuar; por outro lado, manifestações de um profundo mal-estar interno e de dilacerantes dissensões no seio da coligação governante tornaram-se mais frequentes, visíveis e agudas.

E, pois, num quadro extremamente movimentado e contraditório, mas significativo do momento que vivemos, que irá travar-se no dia 12 do próximo mês a importante batalha das eleições autárquicas de 1982 destinada a repercutir forte e talvez decisivamente na evolução imediata da situação política portuguesa.

O Comité Central do PCP fez o balanço desta primeira fase da sua intervenção na campanha eleitoral no seio da APU nos domínios da elaboração das listas, da propaganda e do esclarecimento de massas; tirou delas necessárias conclusões políticas, definiu as linhas de orientação e de acção para a sua participação vitoriosa nesta luta batalha.

O que à reunião foi trazido pelo colectivo dirigente do PCP é altamente elucidativo da capacidade de organização, do enraizamento popular, do esforço mobilizador e do empenhamento político do Partido.

A APU (Aliança Povo Unido) será a força que concorrerá a maior número de autarquias que cobrem 99,8% da população total do País.

Cerca de 60 mil candidatos, dos quais cerca de 7650 são mulheres e cerca de 9 mil jovens de menos de 25 anos, representantes de um vasto leque social, muitos com provas dadas de competência profissional e de devotamento ao seu povo e ao seu país, participam nas listas da APU.

Trata-se de um grande contingente de portugueses que exprimem um variado leque democrático. Ao lado dos comunistas, que representam mais de 50% do número total dos candidatos, participam nas listas APU democratas do MDP/CDE e mais de 43% de independentes, nos quais se incluem mais de 1250 socialistas que dessa forma se quiseram demarcar das posições objectivamente "estatísticas" de espírito democrático e de aliança com a

direita que Mário Soares conseguiu impor ao PS e associar-se com a única força concorrente capaz de responder às suas aspirações democráticas.

Nas listas APU estão também homens e mulheres e jovens que deram já as suas provas como dirigentes autárquicos nas 50 Câmaras Municipais de maioria absoluta ou relativa APU e em centenas de juntas de freguesia disseminadas por todo o País.

O activo de trabalho dos dirigentes autárquicos APU ao serviço das populações locais e em estreita ligação com elas grangeou-lhes a simpatia e o respeito dos seus concitadãos na prática de um Poder Local autenticamente democrático.

A direcção política principal da campanha eleitoral da Aliança Povo Unido aponta fundamentalmente contra a "AD", contra a direita, contra o PSD e o CDS que, à frente do Governo do País e de numerosas autarquias, têm conduzindo uma acção antidemocrática e golpista marcada pelo reacçãoarismo, a incompetência, a corrupção e o compadrio.

Mas não pode deixar também de dirigir-se contra o PS de Mário Soares que se aliou objectivamente à direita em questões de importância vital para a democracia como, por exemplo, a revisão inconstitucional da Constituição, que à frente das autarquias que dirige conduziu igualmente, num grande número delas, uma acção marcada pelo burocratismo, a corrupção, a incompetência.

Estas duas cambiantes de direcção política da campanha eleitoral do PCP integrado na APU radicam-se em dois grandes objectivos a atingir em 12 de Dezembro, que Álvaro Cunhal enunciou aos jornalistas na Conferência de Imprensa de terça-feira.

O primeiro é a vitória da APU com o aumento de mandatos e de maiorias nos diversos órgãos autárquicos com o fim de garantir a defesa dos interesses das populações, a solução dos seus problemas e o carácter democrático do Poder Local.

O segundo, mais geral, respeitante à evolução da situação política, é a baixa significativa do número de votos da «AD», e a subida da APU com que se poderão criar novas condições políticas essenciais para a demissão do Governo e a realização de eleições legislativas antecipadas.

Trata-se, como é evidente, de objectivos decorrentes de uma situação de crise, profundamente instável e complexa, produto da política antipopular e antinacional da «AD» e do seu Governo a que as posições de direita de Mário Soares e do seu grupo têm fornecido balões de oxigénio sem os quais a Aliança reacçãoária já teria sido arrredada da área do Poder.

O discurso de sexta-feira do PR, as reacções que suscitou, as perspectivas que entreabre, trazem à campanha eleitoral para as autárquicas uma componente política nova que não deixará de influir com força no comportamento dos portugueses.

O Presidente da República pronunciou palavras e multos, justificadamente, esperavam actos. Contudo, as palavras de Ramalho Eanes confirmam uma realidade institucional que temos apontado: a de que mesmo após a revisão inconstitucional da Constituição e das perigosas alterações que introduziu no sistema do Poder o regime democrático continua a dispor de mecanismos constitucionais competentes para uma intervenção política no sentido de obstar às distorções e maneios das forças hostis ao 25 de Abril.

É sem dúvida no reconhecimento dessa competência institucional que o PR veio comunicar aos portugueses que se dispôs a intervir nas soluções políticas que a crise venha a colocar na ordem do dia.

O PR afirmou quais são, a seu ver, as condições para a dissolução da AR:

- 1.º) novas intenções de voto;
- 2.º) novas alianças;
- 3.º) aparecimento na cena partidária do País de novas entidades.

É compreensível que as palavras do general-Ramalho Eanes não tivessem agradado à «AD» e que após isso se tenha acentuado a guerrilha «AD» contra o Presidente.

Saudação ao MPLA-PT

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,

Por ocasião do 7.º Aniversário da independência da República Popular de Angola o Comité Central do Partido Comunista Português envia as suas fraternas e calorosas saudações ao Comité Central do MPLA-PT, ao seu Presidente, camarada José Eduardo dos Santos, à classe

operária e ao povo irmão angolano.

Este aniversário tem lugar numa situação particularmente difícil para Angola e o seu povo.

Persistem as criminosas agressões e ocupação de território no sul do vosso país agravadas pela ocupação da Namíbia, pelas tropas dos racistas da África do Sul. Tudo isto impõe enormes sacrifícios em vidas e bens materiais ao povo angolano e representa um perigo muito sé-

rio para a paz na África Austral e no mundo.

O PCP condena estas acções criminosas dos racistas sul-africanos que fazem parte de um plano imperialista mais geral para a África Austral visando desestabilizar o regime revolucionário angolano para o liquidar e prolongar a ocupação racista sobre o território da Namíbia para ali impor uma solução neo colonial.

Os comunistas portugueses manifestam nesta ocasião a sua

total solidariedade ao MPLA-PT e ao povo angolano na sua luta pela retirada total e completa das tropas racistas da África do Sul do território angolano, pela reconstrução nacional e pela edificação da nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem.

O PCP ao lutar pelo desenvolvimento das relações entre os nossos dois países, na base da não ingerência e na reciprocidade de vantagens, denuncia a política da 'AD' de guarida e

protecção, em solo português, a jurados inimigos da RPA.

Queridos Camaradas,

O triunfo da revolução angolana tem um profundo alcance e significado para a luta de libertação nacional e social dos povos em África e no mundo. Desejamos-vos os maiores sucessos na vossa luta em prol do progresso social e da defesa da independência e integridade territorial da RPA. Os comunistas portugueses continuarão a actuar para que se reforcem ainda

mais, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, as relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o MPLA-PT no interesse das relações de amizade entre os nossos dois povos e países e do reforço da coesão do movimento revolucionário mundial.

(Ler no Suplemento, págs. 12 e 13, um trabalho sobre a R. P. de Angola e o MPLA-PT)

O PS quer saber quanto gasta a Presidência da República
...mas o Governo, senhores, está isento de prestar contas?

O Partido Socialista manifestou-se preocupado com "os gastos anuais da Presidência da República durante os dois mandatos do actual Presidente da República".

É justo, num estado demo-

crático, que os representantes do povo queiram saber, para

fiscalizar, as despesas do principal órgão de soberania da Nação. Mas o deputado Jaime Gama cometeu um lapso ao

requerer estas informações. Ou talvez não!

Lapso que o Grupo Parlamentar do PCP logo colmatou, pois nisto de pedir contas há outros órgãos de Poder que também têm de as prestar.

Por isso, com vista a habilitar a Assembleia da República e a opinião pública com um conjunto de informações sobre a

matéria, os deputados comunistas requerem ao primeiro-ministro a prestação urgente

das seguintes informações:

— Vencimento do primeiro-ministro e de todos os restantes membros do Governo (incluindo subsecretários de Estado), à altura da entrada em funções do I Governo 'AD', aumentos que tiveram e vencimentos actuais;

— Despesas de representação e ajudas de custo pagas mensalmente ao primeiro-ministro Pinto Balsemão bem como a cada um dos membros do Governo;

— Valor global dos encargos suportados pelo OGE em todas as deslocações ao estrangeiro de membros do actual Governo e seus acompanhantes;

— Discriminação de todas as viagens ao estrangeiro de membros do Governo, com indicação do motivo da deslocação, do número de membros da comitiva e respectiva qualidade, do quantitativo pago em transportes e do quantitativo pago em ajudas de custo;

— Despesas com telefones e viaturas (discriminando mês a mês, desde a tomada de posse do Governo);

— Volume global das despesas com telefones instala-

dos nas residências de membros do Governo e de membros dos seus Gabinetes;

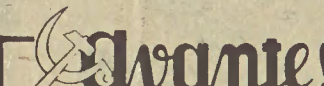
— Discriminação dos estudos, pareceres e consultas solicitadas a entidades não oficiais no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros e de todos os Ministérios e respectivos encargos;

— Relação das viaturas afectas ao Gabinete de cada membro do Governo, incluindo a relação completa das viaturas da Presidência do Conselho de Ministros, sua distribuição e respectivos encargos;

— Volume global das despesas realizadas com verbos do OGE para recepções, banquetes oficiais e realizações congéneres, desde a tomada de posse do actual Governo;

— E, por último, discriminação das viagens e visitas realizadas no País pelos diversos membros do Governo com o fim principal de proceder à inaugurações, com a indicação da lista de acompanhantes e da despesa realizada em transportes, hospedagem e ajudas de custo.

Aguardemos a urgência que o Governo vai dar a estas respostas...



O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-3.º Esq.º 1000 Lisboa Tel. 76974/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CGL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul Centro Distribuidor de Évora: Alcaçova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-3.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776636/776750. Porte — Rua do Almada, 16-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044. Composto e impresso na Hénka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Almada Nova — 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/82

Tragagem média do mês de Outubro: 47350

Reunião do Comité Central

Declaração do PCP sobre a situação política

1. O Comité Central examinou o significado na actual conjuntura da Comunicação ao País do Presidente da República e a evolução da situação política a um mês das eleições para as autarquias.

2. A Comunicação do Presidente da República introduz novos e importantes factores na situação política.

Além de uma justa análise crítica à revisão da Constituição, o essencial da Comunicação do Presidente da República é a definição de algumas linhas da sua ulterior intervenção institucional e política, com o compromisso perante o Povo português da utilização em defesa da democracia das suas competências agora redefinidas pela revisão da Constituição.

O CC sublinha que a degradação da situação económica, social e política e a defesa da democracia não se compadecem com delongas e demoras que têm permitido o agravamento brutal das condições de vida do povo, a destruição ilegal das conquistas democráticas, a entrega de bens do Estado aos antigos monopolistas, a entrega de terras das UCPs/Cooperativas aos antigos latifundiários, o desastre da economia nacional e o avanço do plano golpista em que (ao abrigo da revisão da Constituição) representa papel essencial a transferência dos poderes militares do Conselho da Revolução e do Presidente da República para o Governo.

O CC considera entretanto que a Comunicação do Presidente da República confirma as potencialidades do funcionamento das instituições para, em correspondência com a luta do Povo português, afastarem a 'AD' do Poder e encontrarem uma solução democrática para a gravíssima crise económica, social e política a que a 'AD' conduziu o País.

3. A reacção do CDS, do PSD e do PS à Comunicação do Presidente da República, relançando de novo em conjunto a "guerrilha" contra o Presidente e a desestabilização das instituições, confirma o prosseguimento da aliança do PS com a 'AD' que se tem revelado continuamente e que se manifestou com particular evidência na revisão da Constituição e na aprovação das leis da Defesa Nacional e do Tribunal Constitucional.

O CDS, o PSD e o PS mostram claramente a sua resistência a aceitarem que um órgão de soberania não controlado pela reacção possa exercer as competências que lhe são conferidas pela Constituição, apesar de revista por acordo PS/'AD'.

Nesta atitude revelam-se novos desenvolvimentos dos acordos do PS com a 'AD' para os quais todos os democratas devem estar vigilantes: a tentativa de lançamento de uma nova dinâmica política contra o Presidente da República com vistas a conduzir à sua demissão e à realização de eleições presidenciais antes das eleições para a Assembleia da República, desviando e travando por essa forma a actual dinâmica de luta contra a 'AD' que conduzirá à demissão do Governo e à realização de eleições legislativas antecipadas.

A acentuação em palavras de críticas da Direcção do PS ao Governo 'AD' e mesmo a exigência da sua demissão por parte do PS, mais não visa do que encobrir a sua aliança com a direita, no intuito de conservar o seu eleitorado.

4. A situação indica a necessidade de intensificar a campanha política e a luta de massas contra a 'AD' e insistir na urgência das quatro medidas que o PCP e todos os democratas há muito reclamam: demissão do Governo 'AD', dissolução da Assembleia da República, formação dum governo de gestão e realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República.

5. Nas condições existentes, as eleições de 12 de Dezembro, pelas inevitáveis repercussões dos seus resultados, adquirem cada vez maior importância não só para as autarquias, como para a evolução da situação política.

Uma baixa significativa dos votos na 'AD' e uma subida da APU são os dois resultados que poderão criar novas condições políticas essenciais para a demissão do Governo e a realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República.

O voto no PS, dada a estreita aliança do PS com a 'AD', é objectivamente uma contribuição para que a 'AD' e os partidos que a integram — PSD e CDS —, derrotados nas eleições, venham a encontrar de novo na aliança com o PS o apoio à sua continuação no Poder.

O CC, em Apelos aprovados nesta mesma reunião, chama os portugueses e portuguesas a participarem activamente na campanha eleitoral e a votarem em massa na APU como voto certo e necessário não só em defesa dos interesses das populações e do Poder Local democrático como para a demissão do Governo, a realização de novas eleições, uma alternativa democrática.

9 de Novembro de 1982

O Comité Central do Partido Comunista Português

Apelo do PCP ao povo português para o voto na APU

As eleições de 12 de Dezembro para os órgãos de Poder Local revestem-se de enorme importância.

Do seu resultado dependerão a solução de carências e a resposta a aspirações da população, o futuro do Poder Local e a evolução imediata da situação política nacional.

Derrotar a «AD» para salvar a democracia e o País

A política do Governo «AD» não tem prejudicado apenas os trabalhadores. Tem prejudicado a grande maioria da população. Só tem beneficiado o grande capital, os parasitas e especuladores. É um desastre para o povo e para o País.

Nas autarquias, a «AD», o PSD e o CDS, praticam uma gestão burocrática e afastada do povo, caracterizada pelo compadrio e a corrupção.

A permanência do Governo «AD» compromete a democraticidade das eleições. Não dá garantias de cumprir a lei e respeitar os direitos democráticos. Põe ao serviço da sua campanha eleitoral o aparelho de Estado, os dinheiros públicos e a comunicação social estatizada, nomeadamente a Televisão. Prepara novas acções provocatórias. Por tudo isso se tem reclamado a demissão do Governo «AD» antes das eleições. Se o Governo «AD» fosse demitido antes das eleições a sua derrota eleitoral seria muito maior.

Não sendo demitido antes das eleições, é necessário que o Povo português lhe inflja uma grande derrota no dia 12 de Dezembro.

A «AD» tem de perder votos. Muitos dos que votaram «AD» estão indignados com a sua política no Governo e nas autarquias. Com o seu voto, poderão manifestar a sua vontade de lhe pôr fim. A «AD», o PSD e o CDS, devem pagar o mal que têm feito ao País.

A derrota eleitoral da «AD» — com uma baixa significativa dos seus votos — não só assegurará a substituição em numerosas autarquias duma gestão reaccionária por uma gestão democrática, como imporá ainda mais claramente a imediata demissão do Governo abrindo caminho a uma solução democrática.

O PS não é alternativa

O voto no PS não é, nas condições presentes, o voto para a derrota da reacção e o afastamento da «AD» do Poder.

O PS colaborou com a «AD» na mutilação da Constituição de Abril e na aprovação de leis que ameaçam o regime democrático,

na ofensiva contra os direitos e interesses dos trabalhadores.

Neste mandato dos órgãos autárquicos e nos anteriores, o PS administrou as autarquias de forma rotineira, geralmente incompetente, não isenta de compadrios e corrupção. Hostilizou o movimento popular, não deu combate à direita, e aliou-se muitas vezes com ela para combater a APU. Para estas eleições, o PS estabeleceu alianças encapotadas com os partidos da «AD» num grande número de freguesias e concelhos. Recusando as propostas do PCP para a realização de coligações que afastariam a «AD» da presidência de dezenas de Câmaras, o PS mostrou que também no Poder Local não está contra a «AD» mas sim com a «AD». O voto no PS acabará por servir para a continuação da «AD» no Governo, pois o PS, ao mesmo tempo que afirma ser alternativa à «AD», desde já vai lançando a ideia de uma coligação com a «AD» ou com o PSD e CDS, um governo de «consenso» ou um «governo de Salvação Nacional» que seria de facto um «governo de salvação da «AD»». Não é a «AD» que o PS de Mário Soares pretende afastar do Governo, mas sim o general Ramalho Eanes da Presidência da República.

O voto no PS não é o voto para uma alternativa democrática. Nas condições presentes, com a política de alianças do PS com a «AD», o voto no PS contribui para que a «AD» possa sobreviver à sua própria derrota.

A APU é a solução

A APU é a única força política que defende consequentemente os interesses das populações, o Poder Local democrático, o regime democrático consagrado na Constituição.

A APU é a única força que sempre combateu firme e consequentemente a política do Governo «AD».

A APU é uma força em crescimento, comprovado pela evolução eleitoral desde 1975.

A APU é já hoje uma força nacional com uma poderosa intervenção na resolução de muitos dos problemas das populações.

A APU tem a maioria em 50 municípios que abrangem 28% do território nacional (o PS apenas 18%) e 17% da população (o PS apenas 13%). A APU tem a maioria em freguesias de todos os distritos do País e nos Açores. Tem posições em 132 Câmaras, 264 Assembleias Municipais e centenas de freguesias.

Nas próximas eleições, sem dúvida alguma que a APU passará a ser a primeira força política em mais concelhos e freguesias, reforçará por toda a parte a sua influência e

capacidade de contribuir para resolver os problemas locais.

O afluxo de independentes e socialistas às listas da APU, comprova que aumenta a implantação da APU no País. Cada vez mais, a APU é expressão dos sentimentos unitários dos democratas. A deslocação da opinião democrática que se regista deverá traduzir-se numa deslocação de votos para a APU.

Em todas as autarquias, os eleitos da APU, quer em maioria, quer em minoria, cumpriram os seus compromissos para com as populações.

Em todas as autarquias — a APU é a força necessária para resolver os problemas da população.

Nas autarquias onde já tem a maioria — a APU cumpriu — deve continuar.

Para um número crescente de portugueses, que querem ver resolvidos os problemas da sua terra e querem defender a democracia — a APU é a solução.

A APU conhece como ninguém os problemas das populações. A APU tem soluções concretas e viáveis.

A APU é a única força capaz de as aplicar coerentemente, em maioria ou em minoria.

A vitória da APU — com o aumento do número de votos, mandatos e maiorias — é indispensável para assegurar a defesa dos interesses das populações, a solução dos seus problemas e o carácter democrático do Poder Local.

A vitória da APU é indispensável para garantir a defesa, salvaguarda, consolidação e continuidade do regime democrático, ameaçado pela acção do Governo «AD», é indispensável para prosseguir Abril.

O PCP apela

É indispensável, neste grave momento da vida nacional, que todos os portugueses ganhem plena consciência da importância das eleições autárquicas, da importância do seu voto.

O PCP apela: a todos os trabalhadores que, obreiros da riqueza nacional, são cada vez mais explorados e oprimidos pelo Governo «AD» ao serviço do grande capital;

Aos pequenos e médios agricultores que, arrancando da terra o sustento do País, se vêem abandonados e espoliados por uma política «AD» em favor dos grandes intermediários, dos senhorios ricos e dos grandes agrários;

Aos intelectuais e quadros técnicos que, desejosos de colocar o seu saber ao serviço do progresso do povo e do País são frustrados nos seus anseios criadores e atingidos nos seus interesses pela política da «AD»;

Aos pequenos e médios comerciantes e industriais que, apesar dos enormes sacrifícios pessoais, se vêem lançados na falência e no desespero pela política da «AD»;

Aos desempregados, aos reformados, aos deficientes, às camadas mais desfavorecidas da população que sofrem todas as privações e todas as injustiças geradas por uma política «AD» ao serviço de meia dúzia de parasitas e privilegiados;

As mulheres, às trabalhadoras e domésticas duplamente exploradas, a todas as mulheres, sobre quem recai o peso maior do desemprego, da subida do custo de vida, dos baixos salários, do reaccionarismo, da discriminação social, provocados ou agravados pela política do Governo «AD»;

Aos jovens, trabalhadores e estudantes, que, sendo o futuro do País, se vêem discriminados no trabalho, rejeitados na escola, sem emprego, sem acesso à cultura, em resultado da política «AD»;

A todos o PCP apela para que votem na APU, único voto útil contra a «AD».

O PCP apela a todos os democratas, a todos os socialistas, a todos aqueles que, sem qualquer filiação partidária, estão com o Portugal de Abril;

O PCP apela a todos aqueles que acreditaram no voto «AD» como voto de mudança para melhor e hoje se confrontam com o agravamento dos seus problemas e a desastrosa deterioração da situação económica do País;

O PCP apela aos militares, aos cidadãos das Forças Armadas e militarizadas, cidadãos de inteiros direitos, que a «AD» pretendem reduzir a instrumentos para impor pela força a sua política contra Portugal democrático;

Para que votem na APU

— para a defesa e a solução dos interesses e dos problemas das populações;

— para a garantia do carácter democrático do Poder Local

— para a derrota da reacção e uma alternativa democrática

O único voto certo, o único voto útil, é o voto na APU

9 de Novembro de 1982

O Comité Central do Partido Comunista Português

Apelo para a Jornada Nacional da APU Arranque para uma campanha nacional de massas

O Comité Central do PCP, a um mês das eleições autárquicas, apela aos militantes comunistas, aos activistas e eleitores da APU, aos democratas para que participem nos dias 20 e 21 de Novembro numa grande Jornada Nacional da APU, para que seja:

— Uma grande jornada de massas.

— Uma poderosa intervenção popular em todo o País.

A Jornada Nacional da APU deve ser uma demonstração da vontade do Povo português de derrotar a «AD».

PARA UMA GRANDE CAMPANHA DE MASSAS

O PCP inicia a campanha eleitoral com grande confiança no apoio popular à acção da APU e nos resultados eleitorais da APU.

A campanha eleitoral vai decorrer num clima marcado pela redução da base de apoio da «AD», pelo agravamento dos choques e contradições na «AD», pelo desenvolvimento dos conflitos sociais, da luta dos trabalhadores, da acção popular.

O PCP tudo fará para que a campanha eleitoral se desenvolva como:

— uma grande campanha de esclarecimento e mobilização popular;

— uma ocasião para se concretizar a intervenção popular na solução dos problemas nacionais.

Nesta perspectiva, a Jornada Nacional da APU em 20 e 21 de Novembro será uma grande jornada de esclarecimento e debate de massas.

Na Jornada Nacional da APU, a APU irá casa-a-casa, contactar pessoalmente a população, para propor e para ouvir, para explicar a sua actividade e recolher propostas e opiniões.

A Jornada Nacional da APU será uma contribuição para uma mais aberta participação popular na discussão da solução dos problemas autárquicos e nacionais.

A Jornada Nacional da APU será um grande debate público por todo o País, para o esclarecimento dos problemas do dia-a-dia das pessoas, das questões concretas que mais as preocupam.

Na Jornada Nacional da APU também estarão presentes os problemas nacionais, o presente e o futuro de Portugal.

É preciso responder às inquietações dos portugueses. É preciso esclarecer os que estão descontentes com a política da «AD». É preciso mostrar que é possível e necessária a solução dos problemas de cada terra e do País.

INFORMAR, ESCLARECER, MOBILIZAR

As carências das populações, as aspirações e problemas de cada bairro, cidade, vila e aldeia, estarão no centro das campanhas para as eleições autárquicas.

Para todos esses problemas e aspirações, a APU tem uma palavra a dizer, uma contribuição positiva a apresentar às populações.

A APU não fala no ar, não faz promessas ao vento. Apresenta-se ao povo prestando contas, com seriedade, do trabalho realizado, num balanço altamente positivo, que lhe permite confiar no resultado eleitoral.

PRESTAR CONTAS DO TRABALHO FEITO APRESENTAR OS PROGRAMAS DE TRABALHO

Nenhuma força política pode apresentar-se nas próximas eleições autárquicas com um tão notável balanço de actividade e tão grande confiança no reforço da sua influência nos órgãos de Poder Local.

Honestidade, dedicação e competência são qualidades que ninguém nega à generalidade dos 9000 eleitos da APU que agora concluem os seus mandatos e aos candidatos que agora integram as listas da APU.

A APU cumpre, resolve, realiza é a conclusão geralmente reconhecida no País perante o grandioso balanço das realizações dos 50 municípios e 315 freguesias de maioria APU, numa gestão marcada pelo estilo democrático de trabalho, participação e apoio popular, isenção, planeamento, eficácia e economia de recursos.

Firme defesa dos interesses populares é o compromisso que a APU respeitou rigorosamente em todas as situações, em maioria ou em minoria, quer exercendo com eficácia maiores ou menores responsa-

bilidades de gestão, quer como porta-voz dos interesses e aspirações das populações, quer no combate e barreira à corrupção, compadrio e desleixo.

MILITANTES COMUNISTAS! ACTIVISTAS DA APU! DEMOCRATAS!

O CC do PCP apela à participação activa e criativa de todos os militantes do Partido na Jornada Nacional da APU.

O CC do PCP apela também aos outros activistas da APU, aos eleitores da APU, aos democratas — para que participem empenhadamente na Jornada Nacional da APU, fazendo desta uma grandiosa ocasião para o esclarecimento popular, para o debate de massas dos problemas das populações, para a discussão aberta da situação do País, para a maior consciencialização política do Povo português.

Na Jornada Nacional da APU vamos levar o esclarecimento rua-a-rua, casa-a-casa, porta-a-porta.

Que ninguém deixe de ser contactado: vizinhos, familiares, amigos, colegas de trabalho.

Vamos trabalhar para unir e mobilizar todos os que queiram, com a APU, resolver os problemas da população, defender a democracia e o interesse nacional!

O COMITÉ CENTRAL APELA

Em milhares de acções de porta-a-porta, em centenas de caravanas, desfiles e concentrações, nos bairros, nas ruas, nas empresas, nas praças, nas aldeias, nas vilas, nas cidades vamos fazer da Jornada Nacional da APU o arranque para uma grande campanha eleitoral de massas.

Com a Jornada Nacional da APU vamos criar condições para que toda a campanha eleitoral se desenvolva numa grande dinâmica de acção popular.

Com a Jornada Nacional da APU iremos ganhar novos activistas para a campanha eleitoral.

Com a Jornada Nacional da APU iremos contribuir para que os resultados eleitorais sejam uma grande derrota da «AD» e uma grande vitória da Aliança Povo Unido e do Portugal de Abril.

9 de Novembro de 1982

O Comité Central do Partido Comunista Português



Reforçar a JCP! Viver e lutar

Encontro Nacional Os objectivos foram alcançados!

As principais direcções de trabalho e luta dos jovens comunistas para os próximos tempos foram definidas no passado domingo, dia 7, no Encontro Nacional que decorreu no Barreiro, sob o lema "Reforçar a JCP, Viver e Lutar por Abril".

No encerramento dos trabalhos, uma certeza entre os participantes: **os objectivos tinham sido cumpridos**. Ou seja: foram actualizadas as linhas de orientação e definido um programa de trabalho para o imediato; registou-se um amplo debate e foram tomadas medidas para o reforço da JCP e da sua ligação à juventude, e em termos gerais foi preparada a intervenção da Juventude Comunista na batalha das eleições autárquicas, sendo esta uma tarefa de primeiro plano, entre as preocupações e prioridades da organização.

Momento destacado da vida da JCP, este Encontro Nacional — caracterizado por um ambiente de combatividade, vivido por delegados e convidados, oriundos de quase todas as regiões do País — veio culminar uma intensa actividade preparatória, que incluiu a realização de reuniões, encontros e outras iniciativas promovidas pelas organizações da JCP.

Na tribuna do Encontro, onde sobressaía um belo pano

O voto na APU o voto da Juventude

A preparação das eleições autárquicas constitui uma tarefa central da JCP. Os seus resultados terão certamente profundas incidências quer no plano do poder local quer na evolução da situação política nacional. A participação da Juventude nessa grande batalha, tendo como objectivos políticos centrais o reforço do Poder Local democráti-

co e a luta contra a «AD», deve continuar a ser a direcção fundamental de trabalho da JCP nos próximos dois meses — Salienta o documento das conclusões aprovadas pelo Encontro Nacional da JCP. O texto está dividido em três capítulos: **Mobilizar a Juventude na luta pela defesa de Abril, pela derrota da «AD»** (1. «É necessário, é urgente demitir o Governo AD»); 2. «A Juventude luta por uma alternativa democrática»; 3. «APU — a campanha

de fundo de cores harmoniosas, feito pelos jovens comunistas do Barreiro, encontravam-se a Comissão Executiva da Comissão Central da JCP; uma delegação do Comité Central do PCP, com os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral; Jorge Araújo, do Secretariado do CC; e Luísa Araújo, do CC e da DORS; e ainda jovens comunistas de vários pontos do País e de diferentes sectores de actividade.

O Encontro, realizado na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, decorreu em quatro sessões (duas de manhã e duas de tarde), durante as quais se registaram intervenções centrais das **Direcções Regionais da JCP** e sobre o **Ensino Superior e Secundário, Trabalhadores-Estudantes (TE's), Trabalho Local, Eleições Autárquicas, Organização, Grandes Problemas da Juventude, Trabalho Ideológico, Imprensa e Propaganda, Fundos, Solidariedade Internacional e Luta pela Paz**.

A análise feita e as decisões tomadas deram origem a um documento com as conclusões do Encontro, aprovado pelos delegados.

Já na parte final, usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutra local.

e o voto da Juventude»); «Unir a Juventude na luta pelos seus direitos»; «Construir uma JCP forte para dar força à Juventude».

No primeiro capítulo, na parte dedicada à campanha da APU e ao voto da Juventude, refere-se a dado passo:

«A APU é, indiscutivelmente, a força que no plano local mais e melhor tem trabalhado para a resolução dos problemas da juventude. A actividade desenvolvida nos 50 concelhos e nas

centenas de freguesias de maioria APU contrasta claramente com a gestão antidemocrática e corrupta da «AD», afirma a APU como a única alternativa para a gestão democrática das autarquias locais. Ao contrário, pela sua acção no plano local e nacional, o PS não constitui alternativa à «AD».

E mais adiante: «A participação juvenil na campanha eleitoral da APU, desenvolvendo com entusiasmo a dinâmica unitária em torno das

suas candidaturas, levando as propostas da APU aos locais de trabalho e de estudo, representaram um contributo importante para a batalha eleitoral. A presença de milhares de jovens nas listas da APU, muitos dos quais independentes, é uma garantia de que é possível fazer da campanha eleitoral da APU, a campanha da Juventude.

«Para alcançar os objectivos eleitorais — manter e reforçar a maioria APU nas Câmaras e Juntas; aumentar o número de votos e de mandatos da APU — é necessário ganhar milhares de jovens para o voto certo, para o único voto útil contra a política «AD», para fazer do voto na APU o voto da Juventude».

Cinco direcções principais para a luta e unidade

No segundo capítulo do documento, salienta-se que «para além do grande objectivo comum de defender e prosseguir Abril, são três direcções principais para a luta e unidade da Juventude portuguesa:

1 — Lutar pelo direito ao trabalho, combatendo o desemprego e a insegurança dos postos de trabalho.

2 — Lutar pelo direito ao ensino, combatendo a degradação do sistema educativo e lutando por uma escola no caminho da democracia e do progresso social.

3 — Lutar pelo direito a uma vida melhor, combatendo a degradação das condições de vida, lutando pelo direito à habitação e a condições para construir uma vida independente.

4 — Lutar pelo direito à cultura e ao desporto, exigindo condições para a sua prática e vivendo os tempos livres de forma sã e criadora.

5 — Lutar pela paz e amizade entre a juventude e os povos do mundo, contra a ofensiva imperialista.

Referem, a propósito, os jovens comunistas:

«O desenvolvimento da luta por estes objectivos implica o fortalecimento dos movimentos unitários existentes, criação de novos movimentos em áreas hoje não organizadas, a definição de formas de acção e de luta que mobilizem e ponham em movimento as massas, implica ainda o reforço da JCP e do seu papel dirigente na luta juvenil.

«Os principais movimentos unitários existentes cobrem fundamentalmente sectores e áreas específicas da actividade

da juventude — são movimentos provados e experientes que é fundamental activar e desenvolver. Entretanto, tem sido insuficiente a busca de formas de organização e acção unitárias, quer permanentes quer recorrendo à coordenação esporádica entre estruturas unitárias existentes, que dêem corpo à luta pelos grandes problemas e aspirações comuns da juventude».

Em seguida são apontadas as prioridades na luta pelo direito ao trabalho, contra o desemprego; pelo direito ao ensino; pelo direito a uma vida melhor; pelo direito à cultura e ao desporto e à ocupação dos tempos livres. São também definidas as linhas de trabalho na luta pela paz e a amizade entre a juventude e os povos do Mundo, contra a ofensiva imperialista; nas empresas e sindicatos, nas escolas nocturnas, nas escolas secundárias e na Universidade.

Finalmente, no terceiro capítulo («Construir uma JCP forte»), depois de se salientar que há que travar duas grandes batalhas (pelo reforço da acção de massas e da intervenção política e pelo reforço da organização), o documento define as principais tarefas que se colocam aos militantes da JCP para a concretização daquelas lutas.

Intervenção de ALVARO CUNHAL

Camaradas:

As saudações do Partido costumam ser proferidas no princípio. Desta vez aparecem no fim.

Nem por isso são menos calorosas e menos fraternais. E, por serem feitas no fim, podem já incluir uma primeira apreciação dos trabalhos do Encontro.

Transmito-vos, pois, à Juventude Comunista Portuguesa, à sua direcção, a todos e a cada um dos seus militantes, as saudações do Comité Central do Partido, as felicitações pela realização deste magnífico Encontro Nacional e a certeza de que, na base das conclusões do Encontro, a JCP se vai lançar ao trabalho com energia e entusiasmo redobrados para cumprir as tarefas aqui hoje estabelecidas.

Os jovens comunistas, quando prometem, cumprem. Estarei certamente de acordo se disser que o calor com que as conclusões foram aprovadas permite afirmar que as tarefas estabelecidas pelo Encontro serão cumpridas.

O Encontro Nacional — vitalidade da JCP

Pela sua própria realização, este Encontro Nacional é uma nova demonstração da vitalidade da JCP.

Vitalidade da JCP significa a capacidade de, como organização autónoma da juventude, ter conseguido no essencial assegurar com êxito as complexas tarefas de direcção, de organização, de propaganda, de trabalho de massas.

Vitalidade da JCP significa a capacidade de manter a ligação com as massas juvenis através das mais diversas iniciativas de carácter político, reivindicativo, cultural, desportivo, recreativo.

Vitalidade da JCP significa, nas difíceis condições que o País atravessa em resultado da política do Governo «AD», dedicação, combatividade, coragem, confiança na luta da juventude, na luta do povo, na luta do Partido.

Vitalidade da JCP significa o exame das situações concretas, a busca de soluções para os problemas, da saída para as dificuldades, da correcção das deficiências, das linhas de orientação para o trabalho futuro.

Este Encontro Nacional é uma afirmação da positiva actividade desenvolvida, da ligação da JCP com largos sectores da juventude, dos méritos revolucionários dos militantes, da preocupação em examinar, em ultrapassar, em corrigir, em traçar e indicar o caminho.

Por tudo isto, este Encontro Nacional é uma demonstração da vitalidade da JCP.

Mas vitalidade dum organização é ainda qualquer coisa mais.

É a capacidade para ajuizar não só do alcance positivo, mas das insuficiências e das limitações da actividade desenvolvida e das soluções encontradas para os diversos problemas.

Neste sentido também este Encontro Nacional é uma afirmação da vitalidade da JCP, porque, nas conclusões do Encontro, se evidenciam problemas uns não ainda apreciados, outros apreciados mas não resolvidos, situações para as quais ainda não se encontrou resposta adequada (nem este Encontro se propunha encontrá-las) e linhas de orientação que carecem de exame ulterior mais aprofundado.

Este Encontro Nacional terminou pois com resultados úteis e importantes para a actividade da JCP.

Os jovens comunistas têm razões para se orgulhar do papel que a JCP (tal como anteriormente a IJC e a UEC) tem desempenhado na luta da juventude e do Povo português.

«Viver e lutar por Abril» é a consigna central deste Encontro Nacional. O Encontro confirma que a JCP continua na vanguarda da luta da juventude em defesa do Portugal de Abril.

Situação política: perigos e perspectivas

Nunca mais que hoje teve actualidade esta consigna. Actualidade que resulta dos sérios perigos que pairam sobre o regime democrático como consequência da revisão da Constituição aprovada pela aliança da «AD» com o PS/Mário Soares.

As quatro medidas propostas de há muito pelo nosso Partido — demissão do Governo «AD», dissolução da Assembleia da República, formação de um governo de gestão e realização de eleições gerais antecipadas para a Assembleia da República continuam a ser passos fundamentais e insubstituíveis para por termo à criminoso política da «AD», afastar os perigos e abrir caminho a uma alternativa democrática.

Estas medidas deviam de há muito ter sido tomadas. Havia razão para serem tomadas logo após a derrota estrondosa da «AD» nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 1980.

Havia razão para serem tomadas quando o Governo «AD» insistiu em violar grosseiramente a Constituição e a legalidade democrática numa ofensiva de destruição das conquistas do Povo português que são parte integrante do regime democrático resultante da Revolução portuguesa.

Havia razão para terem sido tomadas quando a «AD», no Governo e na Assembleia da República, conduziu uma política de desastre nacional.

Havia razão para serem tomadas quando a «AD» lançou a chamada «guerrilha institucional», desrespeitando afrontosamente outros órgãos de soberania e impedindo o regular funcionamento das instituições.

Havia razão para serem tomadas quando se tornou claro o plano subversivo e golpista através da revisão da Constituição,

ou seja, antes da revisão da Constituição, a fim de impedir que chegassemos à perigosa situação a que chegámos.

O Presidente da República, que tem competência para tomar qualquer dessas medidas não quis, porém, fazê-lo, conforme explicou na sua Comunicação ao País feita anteontem pela televisão.

É positivo que o Presidente da República exponha agora uma justa apreciação crítica do processo, do alcance e das consequências da revisão da Constituição. É positivo que reafirme, no exercício do seu cargo e das suas competências, a sua disposição de defender o regime democrático.

Mas, entretanto, a «AD» prossegue a sua política de agravamento das condições de vida de destruição das conquistas democráticas, de desastre económico nacional. Entretanto avança o plano golpista com a aprovação das leis de Defesa Nacional e do Tribunal Constitucional.

A análise feita pelo Presidente da República na sua Comunicação apenas comprova que as quatro medidas propostas pelo PCP há muito deviam ter sido tomadas.

Nesse sentido a comunicação do Presidente da República tanto tempo esperada, decepcionou milhões de portugueses porque não anunciou a demissão do Governo.

A violentíssima, insolente e insultuosa reacção, tanto da «AD» como do PS/Mário Soares, à comunicação do Presidente da República mostra como essas forças conluídas na revisão e numa efectiva aliança antidemocrática, se sentem desesperadas por verificarem que, apesar da revisão, da alteração do sistema dos órgãos de soberania, da extinção do Conselho da Revolução, da redução dos poderes do Presidente da República, apesar disso, as instituições (correspondendo ao sentir do Povo português) continuam a ter capacidade de, no quadro constitucional e legal, defender e assegurar o regime democrático resultante da Revolução de Abril e abrir caminhos a alternativas democráticas.

No comentário à Comunicação do Presidente da República, a Comissão Permanente do PS vai ao ponto de adiantar que o Presidente da República deve «renunciar ao seu mandato» talvez porque, na desmedida e vã ambição pessoal de M. Soares, o objectivo prosseguido não é a demissão do Governo mas a demissão do Presidente Eanes, não são eleições antecipadas para a Assembleia da República, mas eleições antecipadas para a Presidência da República.

Confiámos, entretanto, que tanto a «AD» como o PS/Mário Soares se enganam nos seus cálculos. A luta continua. E com a luta do povo e com o funcionamento das instituições a demissão do Governo e a realização de eleições antecipadas tornar-se-ão inevitáveis.

«Viver e lutar por Abril»

O Encontro Nacional da JCP indica como tarefa política fundamental a participação da juventude na luta por estes objectivos, ao lado do Partido, dos trabalhadores, dos democratas, das massas populares.

O documento de conclusões que há pouco foi aprovado, «Viver e lutar por Abril», apresenta um pormenorizado desenvolvimento dos objectivos da JCP: mobilizar a juventude em defesa de Abril, na luta pela derrota da «AD»; unir a juventude na luta pelos seus direitos; estruturar uma JCP forte para dar força à juventude.

A luta da juventude em defesa de Abril insere-se na luta geral do nosso povo em defesa dos seus interesses vitais, das grandes conquistas da Revolução (designadamente liberdades e direitos dos cidadãos, nacionalizações e Reforma Agrária) do regime democrático ameaçado pela contra-revolução que se instalou no Governo e noutros órgãos do Estado e que, com a revisão da Constituição (obtida graças ao colaboracionismo do PS/Mário Soares), se prepara para se apossar das Forças Armadas e levar a cabo um verdadeiro golpe de Estado.

A luta da juventude em defesa de Abril insere-se na luta do nosso povo pelas quatro medidas há muito propostas pelo nosso Partido e apoiadas por milhões de portugueses.

Inserem-se, no momento actual, conforme sublinha também o Encontro Nacional e conforme adiante farei referência, na batalha das eleições autárquicas de 12 de Dezembro.

A luta em defesa de Abril é, em si mesma, a luta pelos interesses e direitos da juventude assim como a luta pelos interesses e direitos da juventude se inscreve, em íntima associação, na luta em defesa de Abril.

A tarefa de «unir a juventude na luta pelos seus direitos» traçada pelo Encontro Nacional é assim uma tarefa fundamental de que são inseparáveis as tarefas políticas centrais das forças democráticas.

Apoiámos inteiramente as cinco direcções principais definidas pelo Encontro para a unidade e a luta da juventude portuguesa: a luta pelo direito ao trabalho, a luta pelo direito ao ensino, a luta pelo direito a uma vida melhor, a luta pelo direito à cultura e ao desporto, a luta pela paz.

É em torno dos interesses vitais da juventude, é em correspondência com a necessidade de solução dos seus problemas mais urgentes, é em correspondência com as suas aspirações mais profundamente sentidas, é na resposta concreta às suas solicitações relativas à utilização dos tempos livres, que se podem desenvolver grandes movimentos de massas da juventude portuguesa.

Do grande valor e a grande força dos programas comprovada-se fundamentalmente na prática que os concretiza.

As linhas fundamentais da JCP estão uma vez mais definidas neste Encontro Nacional.

Ao trabalho, pois, para concretizá-las. Para que a cada justo objectivo, corresponda um trabalho de esclarecimento, de organização, de propaganda, de mobilização. Para que a cada justo objectivo corresponda a luta da juventude que acabe por atingi-lo.

Com a nossa luta, com a luta da JCP, com a luta da juventude, com a luta do Partido, com a luta dos trabalhadores, os justos objectivos definidos neste Encontro Nacional serão alcançados.

O reforço da JCP — um justo entendimento

No documento preparatório do Encontro Nacional esclarece-se que a Comissão Central da JCP, ao convocá-lo, definiu três objectivos: «actualizar as linhas de orientação e definir um programa de trabalho para o imediato»; «discutir e tomar medidas para o reforço da JCP e a sua ligação à juventude»; e «preparar a intervenção da JCP na batalha das eleições autárquicas».

Resulta dos documentos, das intervenções e das conclusões, que se avançou mais na actualização das linhas programáticas e na preparação da intervenção nas eleições autárquicas, do que nas linhas de orientação e definição de tarefas para o reforço da JCP.

É sem dúvida importante a anotação pelo Encontro Nacional da necessidade do reforço da ligação às massas e da intervenção política.

Mas carecem de estudo mais aprofundado o papel do trabalho unitário promovido por organizações ou organismos unitários e das iniciativas de massas com o selo da JCP.

Da mesma forma será necessário aprofundar as respostas relativas aos métodos do trabalho unitário da JCP e à importância das organizações unitárias de massas e das estruturas unitárias mais variadas.

É sem dúvida importante a anotação da necessidade de reforçar a organização e de aumentar o número de militantes.

Mas carece de estudo mais aprofundado o ângulo pelo qual se consideram os problemas de organização: o que é e o que deve ser a organização da JCP, qual é e qual deve ser o seu funcionamento, quais as condições exigidas para se ser membro da JCP, como se entendem o recrutamento, as campanhas de recrutamento e o «largamento em extensão».

É sem dúvida importante anotar o valor da militância, dos quadros, dos funcionários.

Mas trata-se de problemas a reexaminar no conjunto do exame atento e crítico que se impõe das experiências (positivas e negativas) do trabalho da própria JCP.

Com este Encontro Nacional ficaram apontados alguns dos mais importantes problemas que se colocam para o reforço da JCP. Mas apontados não significa equacionados. E se não estão equacionados muito menos se podem ter por resolvidos.

São muitas as questões a examinar:

Permiti-me fazer uma ligeira referência a três delas.

A primeira: se a experiência comprova ou contraria a solução orgânica encontrada para o Ensino Superior quando da unificação da UEC e UJC.

O próprio Encontro avançou algumas novas linhas de acção. Mas é de admitir que a JCP venha a considerar soluções diferentes.

A segunda: a ligação entre o desenvolvimento orgânico e o trabalho de massas. O problema é o de saber por exemplo se o recrutamento e o trabalho de massas podem caminhar com dinâmicas completamente diferenciadas. E se as raízes orgânicas se podem criar e desenvolver fundamentalmente à custa do «envio de quadros» e sobretudo do «envio de funcionários».

A luta da juventude é animada pela JCP. Mas temos por certo que a JCP para ser verdadeiramente grande, tem de brotar dos movimentos, das lutas, das iniciativas, das tendências e inclinações das massas juvenis. E isto pode significar que os dirigentes, os quadros, os jovens comunistas, poderão ter a sua origem natural no movimento e na luta.

A terceira: o rigor dos relatórios e balanços.

E bom é que a escrita esteja em dia, designadamente aos «não contactados».

Creio ser uma conclusão muito útil do Encontro Nacional que em fase ulterior a JCP («tendo no horizonte o 2.º Congresso») terá de examinar e debater problemas relativos à direcção (estrutura, funcionamento, grau de centralização e descentralização), à organização (filiação, esquema orgânico, funcionamento, características das reuniões e da militância) ao estilo de trabalho (métodos na vida interna, democracia, trabalho da JCP e trabalho de massas) à ligação com as massas (conteúdo, métodos e formas de actividade).

JCP organização autónoma

A JCP é uma organização autónoma, porque tem direcção própria, órgãos próprios, decisões próprias, funcionamento próprio.

É uma organização autónoma ainda porque a juventude tem problemas próprios tem condições de trabalho próprias e a JCP, como organização da juventude, tem necessariamente soluções próprias para os mais diversos problemas da sua actividade.

A JCP não é o Partido Comunista dos jovens. Se essa fosse a finalidade da organização da JCP, então podia dizer-se que a JCP não seria necessária. Bastaria recrutar jovens para o Partido ou, quando muito, criar à parte uma organização dos jovens membros do Partido.

Não sendo um PC dos jovens, a JCP tem necessariamente de ser diferente do Partido. No seu Programa, nos seus

princípios orgânicos, nos critérios de admissão e recrutamento, no seu funcionamento, no seu estilo de trabalho, nas formas da sua ligação com as massas.

O Partido oferece à Juventude Comunista experiências riquíssimas, com as quais a Juventude Comunista tem aprendido e deve necessariamente continuar a aprender. Mas, sobretudo no que respeita à direcção, à filiação, à organização, ao funcionamento, a cópia dos métodos do Partido não é de forma alguma adequada.

É legítimo perguntar se por vezes a JCP no seu conjunto e as organizações individualmente consideradas não têm recorrido a uma tentativa esquemática de aplicação à JCP de soluções que o Partido encontra para si próprio.

Se não há demasiada deslealdade de princípios, regras e medidas orgânicas («recrutamento orientado», «reforço de militância», «balanço da participação nas reuniões», etc.). Se não há por vezes demasiado deslealdade no tipo de documentos de discursos, de linguagem. E mesmo se, no presente Encontro Nacional não há ainda numerosos indicadores de que assim sucede.

É legítimo também pôr a questão de saber se tais factos não poderão explicar certo tipo de dificuldades no desenvolvimento da organização e da influência de massas da JCP.

A JCP orgulha-se justamente de se orientar pelo marxismo-leninismo.

Mas o marxismo-leninismo é o inverso das ideias cristalizadas, da resposta com fórmulas às situações concretas, da cópia e da aplicação mecânica de experiências.

O marxismo-leninismo é uma teoria científica, e a ciência chega aos conceitos a partir dos factos, da realidade, da vida.

Para a JCP é indispensável conhecer a experiência do Partido e aprender com ela.

Mas é indispensável conhecer melhor e estudar a experiência própria, tirar as lições que seja de tirar, valorizar o que seja de valorizar, e aproveitar a experiência para o avanço, o melhoramento e o rigor da própria orientação.

A imitação de processos, o imobilismo, a rotina, não são se adaptam à realidade da vida e dos problemas sempre em movimento, da juventude, como contrariam traços característicos gerais da juventude, porque juventude é em si mesma o oposto à rotina e ao imobilismo.

Pode a JCP estar certa.

O Partido (ao mesmo tempo que apoia e ajuda activamente a JCP em todos os aspectos do seu trabalho, incluindo naturalmente a orientação política) não só continua considerando indispensável manter o carácter autónomo da organização da Juventude Comunista, como apoiará e estimulará a iniciativa, a audácia, a imaginação e a criatividade revolucionária da JCP no exame dos problemas da juventude, na busca de soluções para o seu reforço e a sua influência e para desenvolver a luta das mais amplas massas juvenis.

Olhos, ouvidos e braços voltados para a vida

A JCP define-se como a vanguarda revolucionária da juventude. Com esta caracterização afirma, por um lado, a sua acção militante e, por outro lado, o seu papel de direcção, de orientação, de consciencialização e de mobilização da juventude.

Mas a vanguarda, para o ser, não consiste num grupo ou numa organização que se julga habilitada por si só pelo seu trabalho interno, sem receber nenhum ensinamento de outras massas, a ensinar e a dirigir.

A vanguarda tem de estar preparada. Estar bem organizada. Ter quadros capazes. Mas, para ser vanguarda da juventude, necessita de conhecer sempre melhor e melhor a juventude — os seus problemas, as suas aspirações, a sua maneira de ser, a evolução dos seus hábitos, gostos e preferências. Necessita, em consequência, de saber aprender com as massas juvenis.

E, se assim é, é essencial que a JCP tenha os olhos, os ouvidos e os braços voltados para a vida.

E, se assim é, é essencial, para que a JCP seja uma verdadeira vanguarda da juventude, que a JCP esteja aberta para a realidade, para as transformações, para os novos fenómenos, assim como para o debate vivo e fraterno com as mais diversas opiniões que brotam na própria vida da juventude.

Um dos maiores perigos que pode correr qualquer organização revolucionária, e uma organização da juventude em particular, é empregar a maior parte dos seus esforços nos problemas internos, diminuindo a quota dos esforços voltados para fora, para as massas.

Os trabalhos preparatórios do Encontro Nacional, algumas intervenções e as próprias conclusões, indicam que os complexos problemas da estruturação e funcionamento do aparelho, e mais concretamente os problemas da direcção, dos funcionários, dos fundos, têm por vezes ocupado (sobretudo nos organismos mais responsáveis, mas não só) um tempo exagerado em relação ao tempo ocupado com o exame de formas de acção, com a mobilização, as iniciativas e a luta de massas.

Uma direcção, uma organização, um «aparelho» são tanto mais eficientes quanto mais silenciosamente funcionem, quanto menos reparações, ajustamentos e consertos necessitem.

O Encontro Nacional constitui importante contribuição para esta tomada de consciência.

O Encontro traça linhas de orientação para os problemas da vida interna, de forma a assegurar que o grosso das energias da JCP e de cada um dos seus membros esteja voltado para fora, para a juventude, para o trabalho de massas.

por Abril!



APU, a campanha e o voto da juventude

Subordinado ao título "APU, a campanha e o voto da Juventude", foi aprovado no Encontro um Manifesto em que a JCP se dirige a toda a juventude portuguesa nestes termos:

"Os jovens têm sido as primeiras vítimas da crise política, económica e social provocada pela política da direita. Vai fazer três anos que nos aconteceu a 'AD'. Onde está hoje o ramalhete de promessas dos candidatos da direita?

"A 'AD' disse ir haver trabalho para todos. Onde estão os postos de trabalho?

"A 'AD' disse ir haver melhoria no ensino (a Universidade ia ser aberta, mas não só, criar-se-ia uma via profissionalizante). Onde está a reforma do sistema educativo?

"A 'AD' disse, ainda, ir construir 'uma casa para cada português'. Onde ficam estes bairros de renda económica?

"A 'AD' disse mas não fez. Antes desfez.

"Mas a 'AD' diz mais. Diz que as empresas nacionalizadas dão prejuízo. Será por isso que os capitalistas têm pressa em reavê-las?

"A 'AD' roubou terras, gados e máquinas às UCP's e coope-

rativas. Por que razão estas terras vão ficando desertas como dantes?

"A 'AD' fala de regionalização, mas, no entanto, a lei das Finanças Locais não é cumprida. Milhares e milhares de contas são negados às Câmaras e Juntas de Freguesia.

"O que é bom para a 'AD' é mau para Portugal. Livrem-nos dela.

"A 'AD' representa os interesses poderosos dos antigos senhores da terra, da indústria e da finança, aliados aos seus congéneres estrangeiros. O que serve a estes não serve à maioria, não serve à juventude.

"AD' rua!

"Aproxima-se uma batalha política importante — as eleições autárquicas de 12 de Dezembro. Um momento de escolha.

"É voz corrente e um facto comprovado que a APU é a força mais capaz, dinâmica e dedicada na resolução dos problemas locais. Quem mais tra-

balha nas Câmaras e Juntas de Freguesia.

"A APU, é ainda, a força onde a juventude está melhor representada. A que maior número de candidatos jovens representa, mais trabalho de juventude realiza, mais projectos tem para o futuro (construção de habitações, escolas, centros de convívio e culturais, recintos desportivos...).

"A APU, é a única alternativa às gestões autárquicas incapazes e corruptas. A 'AD' e os seus partidos não servem as populações, servem-se delas. O PS, comprometido como está com a direita, nada de novo tem a dar ou a propor.

"Além do mais, com o crescimento da APU no dia 12, com uma baixa de votos na direita, melhores condições estarão criadas para a queda da 'AD' e a construção da alternativa democrática.

"Mas escolher a APU não é apenas votar APU no dia 12 de Dezembro. Até lá existe uma Campanha que pode decidir o sentido de voto de milhões de portugueses. Por isso escolher a APU é também trabalhar com ela — nas ruas, nas escolas, nas fábricas e nos campos

a voz da APU terá que ser ouvida.

"Até lá existe ainda tempo para projectar em colectivo as formas de levar a tudo o que é lugar as propostas e o trabalho da APU. Convívios, concertos, marchas, debates nas escolas, fábricas, localidades. A presença da juventude na campanha é isso mesmo — calor, criatividade e alegria. É assim que se trabalha nas Comissões Juvenis de apoio à APU, jovens comunistas, independentes e mesmo doutros partidos, constroem a vitória democrática.

"Para nós a escolha é clara — escolhemos a APU, lutamos com a APU e achamos que vale a pena. Muitos milhares de jovens são candidatos da APU, muitos mais trabalham na campanha.

"APU, a campanha e o voto da juventude!

"A JCP sai mais forte do seu Encontro Nacional. Mais preparada para a luta, mais mobilizada.

"Na batalha eleitoral que se aproxima, na luta por Abril e o futuro é que cresce a unidade e se reforça a organização da Juventude Comunista."

da JCP»

A JCP tem alto valor pela sua organização e pela sua actividade. E o melhor índice do alto valor da JCP graças à sua organização e à sua actividade é a sua capacidade de lutar, esclarecer, interessar em iniciativas unitárias, e conduzir à luta amplas massas da juventude portuguesa.

Eleições autárquicas — o interesse da juventude

A luta política e a actividade de todos os partidos no momento presente são dominadas pela preparação para as próximas eleições autárquicas.

Com plena consciência deste facto também o Encontro Nacional da JCP definiu como um dos seus principais objectivos "preparar a intervenção da JCP na batalha das eleições autárquicas".

O apelo do Encontro "APU, a campanha e o voto da juventude" dá-nos a certeza de que a JCP e, com a JCP, a juventude, participarão activamente na campanha de forma a assegurar uma grande votação da juventude na Aliança Povo Unido na APU.

A juventude está profundamente interessada nas eleições para as autárquicas e isso quer dizer que a juventude está profundamente interessada em que nas eleições para as autárquicas, a "AD" sofra uma séria derrota e a APU registre grandes vitórias.

Por três razões. Primeiro, pelo que a derrota da "AD" e a vitória da APU significam para defesa dos interesses das populações e do Poder Local democrático.

Segundo, pelo que a derrota da "AD" e a vitória da APU podem contribuir para afastar a "AD" do Poder através da concretização das 4 medidas que o PCP e com o PCP os trabalhadores e vastíssimos sectores da população de há muito reclamam.

Terceiro, pelo que a derrota da "AD" e a vitória da APU nas eleições autárquicas significam para a juventude. Para quem observar a realidade, não é difícil concluir o que, como regra, têm representado para a juventude as autárquicas onde há maioria "AD", aquelas onde há maioria PS e aquelas onde há maioria APU.

Nas autárquicas de maioria "AD" é o desprezo pelos problemas e interesses da juventude, o estímulo da exploração nacional reaccionária em que a juventude é a principal sacrificada, o compadrio, as negociações, a corrupção.

Nas autárquicas de maioria PS (salvo raras excepções) é a passividade e a incompetência.

Só nas autárquicas de maioria APU, os problemas da juventude têm sido encarados com seriedade, têm sido tomadas medidas concretas para resolvê-los, têm sido criados ou apoiados centros desportivos e centros culturais, têm sido realizadas obras e fomentadas iniciativas de interesse directo da juventude.

Além dos problemas específicos da juventude nas autárquicas de maioria APU, as soluções ou medidas tendentes à solução dos grandes problemas das populações (habitação, desemprego, ensino, saúde, saneamento básico) interessam também profundamente a juventude.

Esta é a situação real. Estas são as diferenças reais entre a gestão da APU e a gestão da "AD" ou do PS nas autárquicas. Estes são os interesses da juventude.

Mas não basta aqui afirmar que esta é a situação real e que estes são os interesses da juventude.

É necessário convencer as amplas massas juvenis de que assim é.

No que respeita às eleições, é necessário particularmente convencer os jovens de mais de 18 anos, os jovens que têm direito ao voto de que, para defenderem os seus próprios interesses, para que possam realizar as suas aspirações, é necessário derrotar a "AD", é necessário assegurar a vitória da APU, isto é, é necessário votar na APU.

A APU é o único concorrente às eleições que merece o voto da juventude.

A juventude, com o seu voto, pode assegurar a derrota da "AD" e a vitória da APU.

Ao trabalho — para que a juventude vote APU

Devemos sair deste Encontro com a ideia bem firme de que, até ao dia 12 de Dezembro, as atenções, as energias, as actividades da JCP, devem concentrar-se ao máximo nas eleições autárquicas.

Seria erro grave considerar esta tarefa apenas como uma tarefa entre várias outras, distribuindo indiscriminadamente por todas, as atenções e as energias.

Não. No imediato, a participação da juventude na campanha e na batalha das eleições autárquicas de 12 de Dezembro é a tarefa política central, principal, prioritária da JCP.

Participação activa na campanha geral da APU. E participação activa dirigida à juventude, com vistas a ganhar a juventude para o voto na APU.

Só os jovens de mais de 18 anos têm direito de voto. Mas isto não significa que só participem na batalha eleitoral os jovens de mais de 18 anos. Todos os jovens, qualquer que seja a sua idade, podem e devem dar uma contribuição, que

pode ser determinante, na campanha eleitoral para a derrota da "AD" e para a vitória da APU.

Todos os jovens, qualquer que seja a sua idade, podem e devem participar nas mais variadas formas de acção eleitoral, intervindo nas iniciativas de massas, nos convívios, nas manifestações, nas marchas, nos cortejos, na propaganda em geral, nos debates, nos porta-a-porta, nos espectáculos.

E de grande importância a participação nas Comissões Juvenis de apoio à APU. É de grande importância que a juventude participe na campanha, não apenas no quadro das iniciativas gerais da APU mas com as suas iniciativas próprias, com o seu estilo próprio, com a sua dinâmica juvenil, a sua alegria, a sua imaginação e a sua criatividade. Nas fábricas, nas escolas, nas localidades, nas ruas.

Pela sua organização, pela sua experiência, pela dedicação dos seus militantes, pela influência já ganha em importantes sectores da juventude, pelos movimentos e iniciativas de massas que dirige ou estimula, a JCP tem em si as potencialidades para se tornar a força motora de um grandioso movimento conforme com as mais profundas e fundamentais aspirações da juventude portuguesa.

Nas eleições para as autárquicas a JCP será a força motora da intervenção maciça da juventude nas eleições, em defesa das suas justas aspirações e em defesa do Portugal de Abril.

Os jovens comunistas entram em força, com decisão e entusiasmo na batalha. Uma das suas tarefas essenciais é fazer entrar com eles na batalha largos sectores da juventude politicamente não organizada e tocar as massas da juventude de forma a convencer milhares de jovens de que o seu voto certo é na Aliança Povo Unido, é na APU.

O Encontro Nacional da JCP que acaba de realizar-se será sem dúvida um extraordinário factor para a dinamização e a mobilização de todas as organizações e militantes da JCP, para a dinamização e a mobilização da juventude, de forma a contribuir para uma grande vitória da APU nas eleições do dia 12 de Dezembro.

Ao trabalho, pois, camaradas. A juventude vota na APU. Para que a "AD" seja derrotada. Para que a "AD" vá para a rua. Para que continuemos a viver e a lutar no Portugal de Abril pela construção de uma sociedade democrática, rumo ao socialismo.

A luta imediata e o ideal do socialismo

Por coincidência, realiza-se este Encontro Nacional da JCP numa data de significado histórico mundial: o 7 de Novembro, a data da primeira revolução socialista vitoriosa, a data da instauração do primeiro governo e do primeiro Estado de operários e camponeses.

Coincidência. E coincidência feliz.

Na situação política que atravessamos em Portugal nós, comunistas, o Partido, a Juventude Comunista, estamos inteiramente empenhados na luta para defender, salvar e continuar as grandes conquistas revolucionárias do nosso povo e o regime democrático que as consagra. E a democracia portuguesa que está em causa. O nosso programa e os nossos objectivos imediatos inserem-se no processo da revolução democrática e nacional portuguesa.

Mas somos comunistas. E, no que respeita aos objectivos, o que nos distingue como comunistas é o nosso ideal da construção duma sociedade sem explorados nem exploradores, uma sociedade onde sejam eliminadas todas as formas de exploração, opressão, discriminação e injustiça social, é a sociedade socialista e ultimamente a sociedade comunista, que correspondem inteiramente aos interesses e aos mais profundos anseios da juventude.

Não copiamos modelos de revoluções porque não há modelos de revoluções. Não copiamos experiências porque as experiências servem para ensinar mas não para copiar.

Marxistas-leninistas que somos, definimos de forma criativa os nossos objectivos e o nosso programa em correspondência com a nossa realidade nacional.

Mas, para o fazermos com critérios científicos, com rigor e com êxito, é essencial conhecermos, estudarmos e aprendermos com as experiências das revoluções socialistas vitoriosas, a começar pela Grande Revolução Socialista de Outubro que inaugurou uma nova época na História da Humanidade, a época da passagem do capitalismo para o socialismo.

É essencial conhecermos e darmos a conhecer as realizações históricas do país dos soviets e dos outros países socialistas, que, sem serem modelos para copiar, dão extraordinário exemplo daquilo que o socialismo pode fazer para o desenvolvimento económico, social, cultural, e científico, daquilo que pode fazer para o bem-estar do povo, daquilo que pode fazer para a juventude, daquilo que pode fazer para que a libertação dos trabalhadores, dos povos e das nações e para assegurar a defesa da paz.

A coincidência desta data torna pois oportuno aqui lembrar o grande ideal pelo qual luta o Partido, o grande ideal pelo qual luta a juventude comunista.

Portugal está hoje empenhado em grandes batalhas políticas em defesa das conquistas da Revolução, em defesa da democracia.

Mas no Partido e na JCP nem um só momento esquecemos, como comunistas, que a nossa luta em defesa de Portugal democrático inscreve-se na nossa luta por um Portugal socialista.

A luta continua, "AD" para a rua!

Viva Portugal de Abril!

Viva a JCP!

Viva o Partido Comunista Português!

«Juventude» — finalmente, o regresso!

Após seis meses nas «bores», o «Juventude» voltou à estrada da luta juvenil. Uma luta em que ocupa lugar destacado no esforço de esclarecimento, formação e mobilização da juventude portuguesa que, nas empresas, nas escolas secundárias, na Universidade, nos centros de convívio, nos bairros, luta pelos ideais de Abril.

O órgão central da JCP voltou... e voltou mesmo para ficar. Para já, com uma edição especial que fez sucesso no Encontro Nacional do passado domingo, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal. Uma edição vivamente saudada pelos participantes na iniciativa, que, em poucos minutos, e correspondendo em absoluto à surpresa preparada pela JCP, fez passar o «Juventude» de mão em mão, num abraço de entusiasmo que nos próximos tempos não sairá da memória dos jovens presentes.

A começar pelos que constituem o colectivo do jornal: Henrique Neves (director), Alberto Pitucas, António Borges, Carlos Alfaia, Castro Caldas, Jorge Alves, Jorge Caria, Mário Rui e Vítor Rodrigues.

A edição especial do «Juventude» inclui trabalhos sobre o início do ano lectivo («Para que serve a escola?»), sobre a participação de milhares de jovens nas listas APU (comentários, reportagens e entrevistas), sobre a Reforma Agrária («Juventude» foi aos campos da Reforma Agrária), sobre o Centro de Desporto e de Convívio de Beirim, sobre os jovens da URSS («Juventude» soviética torna realidade os sonhos de Lênine) e, na última página, um «artigo intitulado: «Einstein não era um bom aluno?»...

Esta edição especial do «Juventude», que apresenta algumas remodelações no aspecto gráfico, com 16 páginas, quatro das quais constituem o suplemento dedicado ao Encontro Nacional de 7 de Novembro, insere ainda rubricas variadas, tais como «A JCP na frente internacional» (noticiário), «Gaveta Aberta» com a opinião de Mário Castrom, «perdidos e xalados» (comentários breves de temas da actualidade política) e a secção **Solidariedade** (nesta edição dedicada ao Líbano). A visita de uma delegação da JMPLA a Portugal no passado mês de Setembro e a morte do saudoso Adriano Correia de Oliveira são igualmente referenciadas no «Juventude».

No decorrer do Encontro Nacional, foi aprovada uma moção sobre o jornal, em que se salienta:

«O «Juventude» na actividade da JCP, assume uma função positiva como instrumento de luta ideológica e política, difusor das opiniões, análises e experiências a largos sectores da juventude, e um elo de ligação entre as organizações da JCP.

«A recente suspensão do nosso jornal derivou, fundamentalmente, da impossibilidade de prática de manter o encargo financeiro, resultante das baixas vendas verificadas.

«A edição do número especial tem como objectivo assinalar o Encontro Nacional da JCP e, também, contribuir para a mobilização e esclarecimento da juventude face às Eleições Autárquicas que se aproximam. Também este exemplar do «Juventude» se destina a que lhe seja feita, por parte de toda a organização, uma apreciação crítica, com vista ao que deve ser a reedição do nosso órgão central.

«O Encontro Nacional da JCP decide:

«Compete a todas as organizações da JCP encontrar as melhores medidas para uma

maior venda e melhor divulgação do «Juventude».

«Compete às organizações regionais reforçar a ligação ao «Juventude», destacando camaradas mais especializados para o envio regular de informação, artigos e fotos de actividades da região.

«É uma tarefa de todos os camaradas a elaboração e a venda do nosso órgão para que ele possa ter uma edição regular, de agrado da juventude e cumpra a sua tarefa de divulgador das ideias da Juventude Comunista Portuguesa».

A todos os que trabalharem para a publicação do «Juventude» especial, aqui fica a saudação fraterna do colectivo do «Avante!», com os desejos sinceros de que, a partir de agora, o «Juventude» seja uma presença regular na luta do Portugal democrático. Força, camaradas!

«O Encontro Nacional da JCP decide:

«Compete a todas as organizações da JCP encontrar as melhores medidas para uma

Iniciativa internacional em defesa da Paz

No próximo Verão de 1983, Portugal poderá mobilizar, durante uma semana, as atenções da juventude que em todo o Mundo apoia a causa da luta pela Paz, contra o perigo da guerra e a destruição da Humanidade.

A proposta de realização no nosso país de uma grande iniciativa internacional em defesa da Paz foi já avançada pelos jovens comunistas portugueses na Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), sob a forma de um festival político-cultural e de convívio.

«Trabalharemos para que esta proposta se concretize», salientou Castro Caldas, da CC da JCP, na tribuna do Encontro Nacional, no Barreiro.

O festival, a realizar-se, poderá incluir um vasto leque de actividades marcadas por jovens, decorrendo boa parte delas ao ar livre e com a participação de milhares de jovens portugueses e estrangeiros.

Venham as ideias, porque o trabalho é coisa que não assusta os jovens comunistas!



Assembleia da República

São hoje votados os três projectos de defesa da maternidade

São hoje votados na Assembleia da República os três projectos-de-lei, apresentados pelo PCP, relativamente à protecção e defesa da maternidade, garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual e ainda à interrupção voluntária da gravidez.

Dos três é este último, sem dúvida, o mais controverso para os partidos da «Aliança Democrática».

Entre um PSD dividido — o próprio Pinto Balsemão na última reunião do Conselho Nacional do seu partido não estaria muito longe de defender a despenalização do aborto — um PPM que deu liberdade de voto aos seus deputados e um CDS que nesta matéria ainda não abandonou a mentalidade do — «cromagnon», como justamente frisou a deputada Zita Seabra, a votação é imprevisível.

Nota-se aliás, nas bancadas da «Aliança», que o tema é escaldante e são diferentes as opiniões. Muitos, possivelmente, irão votar contra, para não interromperem voluntariamente o cargo de deputado que sempre dá algum ao fim do mês. Outros irão estar ausentes, outros ainda terão a coragem de se apresentar votando contra a decisão do seu partido e de acordo com a sua consciência.

No primeiro dia de discussão foi notório que a «Aliança» não tinha argumentos para contrapor aos projectos apresentados. E apesar da deputada Zita Seabra ter chamado a atenção para a importância fundamental do que se ia debater, a chicana foi a primeira reacção, reacção própria de quem não tem argumentos.

Silva Marques, do PSD, agora

Caso seja Governo O PS disposto a reexaminar o "dossier" ANOP

Depois da interpelação ao Governo feita pela UEDS sobre a política de informação e comunicação social e das medidas já anunciadas ou já tomadas em relação à Anop, José Alfaia, secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, com o Pelouro da Comunicação Social — tomou a única atitude digna que se lhe conheceu pediu a demissão.

E quando tudo e todos esperavam que tal demissão fosse aceite, de tal modo o Governo o abandonara durante os debates, eis que se verifica um volte-face — o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão não aceitou o pedido. Alfaia continua.

Homem que viria para o Governo «fazer coisas das Árabs», como ironizou César de Oliveira, o secretário de Estado Alfaia entrou mudo e saiu calado. E no entanto tudo indicava que iria rebater todas as intervenções da oposição, esmagar todos os argumentos, incendiar todas as críticas.

Com efeito, para espanto da bancada da Imprensa, a secretária do secretário de Estado Alfaia introduziu na bancada do Governo, qual estivador, uma enorme mala de viagem repleta de «dossiers», que o secretário de Estado Alfaia remexia com afinho ou consultava com denodo.

Pelos vistos, tal profusão de «dossiers» nada tinha a ver com o debate pois foi quase total o silêncio daquele membro do Governo.

Mas se Alfaia não falava lógico seria que as bancadas da maioria defendessem o Governo. Também tal não sucedeu. As intervenções havidas mais não foram do que trouxas réplicas às intervenções da oposição. Também alguns membros do Governo passaram pelo hemício. Mas assim como apareciam logo desapareciam. O único que ficou mais tempo foi o ministro Menéres Pimentel que também permaneceu mudo.

E no entanto estava em debate uma questão importante — a pretendida extinção da Anop pelo Governo «AD». Paralelamente, a pretexto de uma prensa cooperativa é criada uma

tudo impante a liderar a sua bancada parlamentar — será que no PSD não há gente capaz de alinhar uma frase? — não conseguiu outro argumento para rebater a intervenção de Zita Seabra para além de falar do...Afganisão.

Intervenção mais lúcida foi a do deputado social-democrata Jaime Ramos que salientou não ir a sua bancada inviabilizar pelo voto o projecto-de-lei relativamente à protecção e defesa da maternidade. E embora fosse este o diploma que na terça-feira estava em discussão inevitavelmente o diálogo se deslocou para o diploma da interrupção voluntária da gravidez. A deputada Luísa Raposo, do CDS, numa troca de opiniões com o deputado socialista Verdasca Vieira, que na sua qualidade de médico referiu muitos casos relacionados com mulheres que dão entrada no hospital depois de fazerem abortos clandestinos, reconheceu implicitamente que este devia denunciar tais casos à polícia.

Até os seus parceiros de bancada, pelas reacções que manifestaram, deram provas que Luísa Raposo se tinha excedido. Intervenção mais comedida foi a da deputada do CDS Maria José Sampaio, atacando embora o projecto-de-lei da interrupção voluntária da gravidez, mas outra coisa não seria de esperar.

Para além do deputado socialista Verdasca Vieira, verifiquei-se também a intervenção da deputada Teresa Ambrósio, do PS. As intervenções das deputadas comunistas Zita Seabra, que introduziu a discussão, os três projectos-de-lei, e Ilda Figueiredo publicamo-las noutro local.

Depois de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

de uma intervenção

Contra o aborto somos todos! Mas o problema não se resolve penalizando-o! — declarou Zita Seabra

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Pela primeira vez, a Assembleia da República vai poder ocupar praticamente uma semana parlamentar a discutir e a deliberar sobre problemas e direitos que muito especialmente dizem respeito à mulher. É caso para dizer que já não era sem tempo! Reveste-se de grande significado este facto, só possível por o PCP ter usado para o efeito os seus direitos constitucionais e regimentais. O País poderá assim assistir a um debate e à tomada de resoluções sobre problemas a que ninguém é alheio e dizem respeito à vida e ao viver de todos nós, mulheres e homens.

É positivo que tal suceda, contrastando salutarmente com as tentativas de redução da Assembleia da República a um órgão que não legisla sobre os grandes problemas nacionais, perdido entre quezilias e oratórias estereís.

Tratando-se de temas como a maternidade, o planeamento familiar e a IVG (Interrupção Voluntária da Gravidez), é evidente que é muito particularmente à mulher que este debate se destina, e é sobretudo para resolver alguns dos mais graves problemas com que elas se defrontam que o assumimos. Consagrar estes direitos fundamentais da mulher portuguesa, exige coragem e frontalidade, coerência e transparência. Foi com esse espírito que o PCP tomou a iniciativa de trazer à Assembleia da República este debate.

Na verdade, as mulheres, tão faladas e pretendidas na véspera das eleições (sempre são mais de 50% dos votos) têm sido, nos mais profundos e reais problemas específicos do seu «ser mulher», tão sempre preteridas, tão propositadamente esquecidas... Isto não sucede por acaso. E este debate vai contribuir para tornar mais claras as verdadeiras causas dessa situação. Nele vão estar em presença concepções bem diferentes sobre a condição feminina, o papel da mulher na família e na sociedade, a relação homem-mulher.

Vão chocar-se mentalidades, vão confrontar-se pontos de vista opostos.

A tese de que a mulher é um ser inferior ao homem, tese oficial do fascismo, por ele propagandeada, e largamente consignada na legislação durante 48 anos, terá aqui hoje ainda os seus acérrimos defensores. O ideal da mulher oscilando entre a «gata borralheira» e a «boneca de porcelana», considerando «qualidades» inerentes à condição feminina a ignorância, a submissão, a futilidade, a ausência de vontade própria e de personalidade vai ser aqui retomado pelos representantes e defensores do regresso ao passado. De forma mais ou menos encapotada, com mais ou menos verniz, vão alguns no fundo assumir determinadas atitudes e até sentidos de voto porque querem manter a subalternização das aspirações, opiniões e capacidades da mulher e pretendiam sobretudo que as mulheres não se considerem a elas próprias como seres com direito à felicidade e à realização pessoal, mas sim como simples peças diluídas num todo familiar, nelas assente, mas que as exclui como pessoas, para as reduzir a servais.

Pretendem, e teorizam ainda hoje em 1982 a confinção da mulher ao papel de reprodução e ao esgotamento no fatalismo do trabalho doméstico.

No fim do Século XIX, a baronesa von Staffe, num livro sobre a mulher ainda reeditado pelo fascismo como «guia seguro e completo para as senhoras portuguesas», escrevia: «A donzela é destinada ao casamento» e «numa sociedade bem organizada, a mulher, em qualquer condição, não tem outros deveres que não sejam ser a esposa, criar os filhos e governar a casa com ordem e com economia». Mal imaginava a baronesa que, em 1982, na Assembleia da República Portuguesa, ainda vai haver não só quem se bata pelas suas teses como até quem as tenha tentado transpor para proposta de lei — a chamada «Lei de Bases da Família» que há meses aguarda votação...

Mas se resquícios destas teorias retrógradas e historicamente ultrapassadas vão ter aqui certamente os seus defensores (e até, ironia suprema, as suas defensoras) cá estaremos também todos os deputados e deputadas em consonância com o texto constitucional, defendendo a consagração na lei, tal como na sociedade, da plena igualdade da mulher.

Nós sabemos, senhores deputados, que a plena igualdade na relação homem-mulher, a alteração da tradicional divisão de papéis na família, a emancipação da mulher só são alcançáveis por inteiro com a construção — pela luta conjunta dos homens e mulheres — de uma nova sociedade que substitua a que hoje a ambos oprime. Mas são passos e conquistas de enorme significado todos os que resultem da consagração na lei de direitos da mulher que alterem e melhorem a sua condição.

A importância social deste debate advém também do facto de ele fomentar e incentivar a consciencialização por parte das mulheres e homens deste país sobre a sua forma de estar na família, na sociedade e na vida, pondo em causa concepções ideológicas seculares e retrógradas, e abrindo caminho a uma profunda e necessária alteração de mentalidades.

Criar as condições legais necessárias à garantia de que a maternidade seja um acto livre, consciente e feliz e não uma fatalidade biológica; permitir à mulher e ao casal decidir o núme-

ro de filhos que deseja ter e quando; consagrar o direito da criança ser desejada pelos pais, primeiro passo para uma infância e um futuro felizes — são objectivos fundamentais dos projectos de lei que trouxemos à Assembleia da República. Mas eles destinam-se também muito especialmente à mulher trabalhadora, àquelas que sentem na pele diariamente a carga do exclusivo do trabalho doméstico, toda a organização da vida familiar e até mesmo da educação dos filhos, depois de horas de trabalho na fábrica ou no serviço; às que são as últimas a arranjar emprego e as primeiras a ser despedidas; às que são penalizadas por serem mães e a cujos problemas, apesar das alterações verificadas desde o 25 de Abril, ainda não se deu resposta séria e prioritária, designadamente através da criação de estruturas sociais de apoio, como creches, infantários, lares de terceira idade, centros de dia...

Permitir, pela consagração na lei de direitos fundamentais, que as mulheres conciliem a sua função de mães, de trabalhadoras e de cidadãs é, pois, outro dos nossos objectivos. Quantas mulheres têm de renunciar à sua realização profissional, mesmo que isso signifique um grande sacrifício pessoal e para a economia da sua família, por não conseguirem conciliar as suas funções? Quantas mulheres se vêm impedidas de assumir responsabilidades cívicas, ou renunciam a actividades culturais, ou não têm nunca pura e simplesmente um minuto livre de descanso seu, por que a vida é demasiado difícil?

Caso escreveu tão bem Maria Velho da Costa: «Elas são quatro milhões, o dia nasce, elas acendem o lume. Elas cortam o pão e aquecem o café»... «Elas brigam nos mercados e praças por mais barato»... «Elas vão à parteira que lhes diz que já vai adiantado»... «Elas sobem para cima do caixote, que ainda são pequenas para chegar à bancada de descamar o peixe»... «Elas carregam no botão da caixa e fazem quinhentos trocos miúdos»... «Elas olham para o espelho muito tempo»... «Elas fizeram greves de braços caídos»... «Elas brigaram em casa para irem ao Sindicato e à Junta»...

É a realidade, por vezes brutal, da vida delas que é preciso alterar.

Foi com o fim de dar um contributo fundamental à resolução de problemas tão sérios, tão graves, que o PCP entregou no passado mês de Fevereiro três projectos de lei na Assembleia e fez tudo ao seu alcance para que em torno das questões neles equacionadas tivesse lugar um sério debate público, que para o plenário da Assembleia da República deve agora ser transposto. Bem importará que ninguém a ele aqui se furtu ou procure escamoteá-lo exibindo habilidades provincianas. E seria indesculpável que alguém fignisse ignorar a gravidade das questões em causa, para tentar fugir às responsabilidades que como deputados todos temos.

Sem dúvida uma das mais importantes decisões que a Assembleia vai tomar, é se o aborto vai ou não continuar clandestino. Isto é: se vai manter-se um flagelo social tão grave, se vai continuar a proliferar por todo o País esse sórdido negócio, se continuará a haver na lei uma proibição hipócrita e que não é cumprida, se diariamente vão continuar a entrar nos serviços de saúde mulheres lesionadas, doentes ou a morrer, se continua essa fonte de perigos e de mortes ou se, bem pelo contrário, a maioria dos deputados assumem claramente as suas responsabilidades e tomam medidas para pôr termo a este flagelo social, legalizando a IVG.

Como temos demonstrado e não deixaremos de desenvolver no debate a travar na próxima quinta-feira, nenhum argumento pode com razão invocar-se para fundamentar a não legalização da IVG. Nada justifica que não se ponha termo de imediato a uma proibição que mantém e alimenta um grave flagelo social.

Contra o aborto somos todos. Ninguém em parte nenhuma o considera um bem, um recurso que se encare com ligeireza. E por que dolorosas situações passam e que dramas vivem as mulheres que interrompem uma gravidez?

Só que não é penalizando, não é ameaçando com cadeia e condenações, não é proibindo cegamente que o aborto deixará de existir.

O aborto impede-se, evita-se com mais pão e não com cadeias! O aborto impede-se, evita-se com planeamento familiar e educação sexual e não com prisões! E o flagelo que hoje existe evita-se legalizando a IVG e fazendo-a praticar apenas em serviços de saúde onde a mulher seja de imediato esclarecida sobre o planeamento familiar. Só assim se impedirá que, como hoje sucede, ela volte, pouco tempo depois, a ver-se confrontada com a ameaça de uma nova gravidez indesejada. Alguém ignora aqui que há mulheres, particularmente dos meios rurais, para quem o «desmancho» é a única forma conhecida e usada de contracepção, e que há mulheres que fizeram dez, doze ou mais «desmanchos» na sua vida?

O aborto impede-se, evita-se, incrementando e assegurando um planeamento familiar gratuito em todo o País e independentemente da idade e do estado civil. E os problemas dos jovens carecem de medidas especiais, senhores deputados.

Mas são exactamente aqueles que mais intransigentemente se batem contra toda e qualquer forma de legalização da IVG, são esses mesmos que também são contra o planeamento

familiar, que estão a liquidar e a asfixiar os serviços existentes, a espalhar a desinformação e a confusão sobre os métodos de regulação da natalidade.

Merece também ser assinalada a posição dos que nos debates sobre o planeamento familiar e a IVG se refugiaram na invocação da necessidade de medidas sociais como forma de fuga às questões em causa, no preciso momento em que nos gabinetes preparam um Orçamento Geral do Estado em que a política social é escandalosamente sacrificada, com cortes brutais na saúde, na habitação, na segurança social, nas reformas, no poder de compra dos portugueses.

Não é essa santa hipocrisia que deve presidir aos debates que aqui vão decorrer.

Bem gostaríamos de não ver transpostos para esta Assembleia os métodos, o estilo e o tom que só os sectores mais obscurantistas têm vindo a usar.

Para vergonha desta casa e para fazer rir o País já bastaram as teses aqui defendidas pelo senhor deputado Morgado do CDS.

Compreendemos, porém, as dificuldades com que alguns se confrontam neste debate, muito particularmente o PSD. Que complicação senhores deputados! Muitos dos senhores e até dos vossos ministros e secretárias de Estado têm produzido interessante e rica literatura contra a proibição do aborto. Outros têm feito depoimentos ou publicado artigos de opinião que contribuem para o enriquecimento do debate. Apareceram aqui amarrados à proibição da IVG, coloca-os na triste situação de serem o único partido «social-democrata» da Europa que tem essa posição; fica-lhes mal no Conselho da Europa (e no Parlamento Europeu para onde querem entrar); tira-lhes o ar civilizado e pretensamente moderno com que gostariam de aparecer perante o País e ficam irmanados com as teses do deputado Morgado e mesmo com o tom «cromagnon» que alguns dos comentaristas da sua área têm justamente criticado.

E tudo lhes está a sair mal. A costela realmente democrática de alguns faz com que engulam mal a hipocrisia da situação em que os pretendem colocar. A sondagem que encomendaram para isolar a iniciativa do PCP veio dizer, ao invés, que esta tem um amplo apoio popular. Não admira, pois, que quando aparecem em público metam tantas vezes os pés pelas mãos.

Depois das tristes figuras do ministro Menéres Pimentel, o País pôde ouvir no telejornal de domingo, da boca do deputado Mário Adegas, uma posição espantosa, que se pode resumir assim: o PSD nem quer a despenalização do aborto, nem quer a punição das mulheres.

Então, senhores deputados, o PSD é afinal, pura e simplesmente a favor do aborto clandestino livre que é precisamente o que decorre da posição exposta pelo senhor deputado Mário Adegas?!

Seria demasiada a insensatez e a incoerência de tal posição! Mau será também que neste debate se invoque, para não aprovar propostas justas, o facto de serem apresentadas pelo PCP. Estamos aqui com toda a legitimidade democrática e porque mais de um milhão de portugueses nos confiou o seu voto. Estamos aqui para contribuir para a resolução dos problemas. E nós, comunistas, nesta Assembleia, nos órgãos de Poder Local, onde quer que se delibere, temos sempre o mesmo comportamento: votamos as propostas justas, venham de quem vierem. Os sentimentos democráticos do povo não aceitam outra atitude!

Vamos fazê-lo, aliás, quanto ao projecto sobre planeamento familiar que o PSD, num gesto envergonhado, acaba de entregar na Mesa da Assembleia da República.

Para além de ser uma questão de princípio, neste caso como poderíamos votar contra um gêmeo siamês do nosso próprio projecto? Mas é bom que se diga desde já que os dois pontos em que o projecto difere do nosso são espantosamente contraditórios com a postura que o PSD assume neste debate. Referimo-nos às propostas do PSD de liberalização da esterilização dos cidadãos maiores de 25 anos e da livre inseminação artificial.

Veremos se alguém do CDS aparece a dizer que, se este projecto do PSD passar, o Governo cal...

Sr. Presidente,

Srs. Deputados,

Temos três dias para debater três projectos de importância fundamental.

Por isso mesmo, só quem estiver profundamente alheado da realidade nacional, de costas voltadas para a gravidade dos problemas mais sentidos, poderá ver neste debate inadivável um mero «jogo parlamentar» ou a expressão de uma qualquer tática momentânea.

E se alguém ousar socorrer-se de meras artimanhas parlamentares para fugir à responsabilidade de se pronunciar e de decidir sobre as questões, não se poderá furtar a pagar — e pagar caro — os expedientes a que recorrer. Lá fora aguarda-se com enorme expectativa. Esta é uma das aquelas ocasiões em que o País tem os olhos postos nesta Assembleia, não para assistir a rodeios ou chicanas, mas para conhecer: conhecer o que cada um propõe e o que cada um vota. As nossas propostas aí estão. Vamos ao debate!

Ilda Figueiredo: Quem pode estar contra a protecção à maternidade?

O primeiro do conjunto dos três projectos de lei relativos a problemas fundamentais da mulher cuja apreciação se inicia hoje trata da « Protecção e Defesa da Maternidade ».

Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP simultaneamente e em estreita e indissociável ligação com os dois outros projectos, o facto é que foi injusta e deliberadamente silenciado por certos sectores.

Não espanta que isso tenha sucedido. Procurando reduzir a iniciativa do PCP às áreas do planeamento familiar e educação sexual e da interrupção voluntária da gravidez, os adversários das transformações sociais e do progresso tentaram esconder da opinião pública o conjunto de soluções articuladas que propomos no presente projecto para permitir à mulher ser mãe e, simultaneamente, continuar a participar na vida económica e social do País, e para garantir à criança o apoio e assistência de que necessita.

(...)

As opiniões, comentários, sugestões e propostas adelantadas por numerosas organizações de trabalhadores, designadamente sindicais, mostram que o sentido e o alcance do projecto de lei foram bem compreendidos por quem mais duramente sente a realidade que se procura alterar.

(...)

O facto é que a maternidade

ainda hoje condiciona fortemente a participação da mulher na

vida económica, social e política e impede a sua completa realização como cidadã de pleno direito que é. (...)

Na base desta discriminação continua a estar uma concepção que procura reduzir a mulher trabalhadora à condição de «reserva de mão-de-obra barata», considerando o trabalho feminino como ocupação secundária.

Foi a concepção que o fascismo impôs em Portugal durante demasiados anos.

É essa concepção que novamente está presente em muitas empresas que estão a proibir a admissão de mulheres, enquanto noutras só são admitidas mulheres solteiras ou, quando casadas, com mais de 35 anos e desde que declarem não querer ter filhos!

Mas é igualmente responsável pela discriminação de que continua a ser principal vítima a mãe trabalhadora, a falta de estruturas sociais de apoio (creches e infantários), o mau funcionamento dos centros de saúde, a não existência de legislação que regulamente e defenda os direitos dos pais e das crianças quando necessitam de assistência da família e as creches, infantários ou amas se recusam a aceitá-las para não pôr em risco a saúde das outras crianças.

As carências em infra-estruturas sociais de apoio superam de longe o que hoje existe. Basta ver que em 1978 existiam 1 026 118 crianças com idades

entre os 0-6 anos e dessas só 93 504 beneficiaram dos serviços de guarda e educação de crianças, ou seja, apenas 9%; e que em 1980 o número total de jardins de infância no Continente era de 2242 com apenas 105 682 lugares. No entanto, em 1981 somente foram concluídos pelo Estado 123 empreendimentos, correspondendo-lhes 7210 lugares criados e 2845 lugares remodelados em creches e infantários, o que é manifestamente muito pouco, srs. deputados.

Num momento em que várias empresas vão proibindo a admissão de crianças nas creches e infantários por que se preparam para os encerrar, num momento em que se assiste ao despatuário de ouvir o ministro das Finanças dizer que não considera grave o desemprego por ele abranger sobretudo as mulheres e os jovens, num momento em que até há casos de mães só trabalhadores que se suicidam porque são atiradas para o desemprego, assume particular importância a discussão deste projecto de lei.

O projecto de lei 307/11 constitui não só um conjunto coerente, articulado e organizado de medidas para a área em que pretende actuar, a protecção e defesa da maternidade, como também, e por isso mesmo, representa uma verdadeira alteração qualitativa do ordenamento jurídico português, na linha e na sequência dos imperativos constitucionais.

Na manta de retalhos da legislação existente, onde ainda por cima o que avulta é o que não está regulamentado e o que puro e simplesmente não é aplicado, o projecto em discussão, convertido em lei, representará uma nova e globalizante dinâmica decorrente da manifestação da vontade política de criar as condições para a concretização da dimensão social da maternidade, na perspectiva do reconhecimento pleno do estatuto da mulher.

Inserido em áreas e domínios diferentes, como a saúde, a segurança social e os direitos laborais, com o projecto de lei sistematiza-se o que existe, corrige-se o que está errado e inova-se onde é necessário.

É assim que, por exemplo, nos aspectos biológicos (gravidez, parto, amamentação) são previstos novos direitos: horários das consultas de acordo com o horário de trabalho da grávida, boletim de saúde da grávida, a assistência domiciliária, a criação e organização de um transporte correcto para as grávidas e/ou recém-nascidos em risco, as consultas pré-concepcionais, o alargamento do tempo de internamento das parturientes para 5 dias e a formação de equipas de perinatologia defendendo igualmente a reformulação dos currículos de obstetrícia relativos a médicos e enfermeiros e ainda os exames médicos clínicos e laboratoriais gratuitos ao pai quando tal for necessário.

Pretendemos, pois, que com os meios técnicos e humanos disponíveis haja um fácil acesso aos cuidados materno-infantis, implementando uma correcta distribuição por todo o território. Só desta forma é possível contribuir para a diminuição da mortalidade materna e da mortalidade infantil, taxas que ainda hoje nos colocam na cauda da Europa. Igualmente prevenimos as deficiências, pois as causas obstétricas e neonatais, facilmente evitáveis contribuem com larga percentagem para as causas de deficiência na criança, calculando-se que nasceram anualmente em Portugal cerca de 11 600 crianças deficientes por causas perinatais.

É ainda propósito do projecto de lei incrementar o parto hospitalar (em 1978 realizaram-se ainda 31,5% dos partos no domicílio, sendo mais de 18 mil sem qualquer assistência), melhorar as maternidades existentes, criando novas unidades e humanizando os serviços. (...)

É imperioso e é realista, que a licença por maternidade passe para 120 dias, sendo 30 obrigatoriamente antes do parto. Só quem nunca passou por um período de gravidez pode não compreender a justeza desta medida e o esforço que significa para a mulher, no último período de trabalho, ter de continuar a trabalhar, quantas vezes pondo em risco a sua saúde e a da criança que vai nascer. Criança que deve ser alvo de toda a protecção do Estado e garantia de que a mãe e o pai lhe possam dar todos os cuidados de que necessita sem que isso signifique discriminação no seu trabalho.

Daí a proposta de que haja dispensa à mãe de dois períodos de 1 hora/dia no primeiro ano da criança, o direito do pai e da mãe de faltar ao emprego até 15 dias por ano para prestar assistência a filhos menores e a obter uma licença sem vencimento para prestar assistência a filhos, nos primeiros 24 meses de vida da criança, se tal for necessário.

Em correspondência com estas medidas prevê-se o alargamento do período de atribuição do subsídio de maternidade e o reconhecimento às trabalhadoras independentes ou desempregadas desse subsídio.

Quanto às graves carências em infra-estruturas sociais de apoio, definimos como dever do Estado, a criação urgente de uma rede de equipamento social. Com esse fim propõe-se que as empresas com mais de 100 trabalhadores (ou que facturem mais de 50 000 contos/ano) paguem uma contribuição adicional para a segurança social de 0,5% sobre as remunerações salariais, isentando as empresas que disponham de creches a funcionar regularmente. (...)

Se, por um lado, compete aos pais tratar e cuidarem dos filhos, é também dever do Estado proporcionar todas as condições de protecção da maternidade, quer à mãe na sua condição biológica de dar vida, quer aos pais na criação de condições sociais e humanas para o filho que decidiram ter, quer à própria criança que vai nascer.

A protecção e defesa da maternidade não pode ser apenas uma questão de princípio que todos dizem defender. (...)

Poder local

Em Miragaia, Porto Câmara 'AD' destrói parque que devia ter construído

Destruir um parque infantil é em si um acto hediondo, sobretudo quando realizado por uma entidade pública; mas praticar tal acto sobre uma obra que deveria ter sido construída pela referida entidade, torna tudo ainda mais escabroso.

Pois o incrível aconteceu em Miragaia, no Porto: a Câmara "AD" desta cidade ordenou aos seus serviços a destruição do parque infantil de Miragaia construído pela Junta de freguesia respectiva (de maioria APU), solicitando para o efeito cobertura policial.

A Assembleia de Freguesia havia aprovado por uma-

nimidade a instalação do referido parque, constando do plano de actividades da Junta que deveria ser construído pela Câmara Municipal do Porto no Jardim do Carregal e, se esta o não fizesse (como não fez), a Junta tomaria a responsabilidade de o fazer (e fê-lo, oficiando o município a seu devido tempo).

Eis que no passado dia 2 — sem que a Junta de Freguesia tivesse sido notificada ou sequer informada — surgem os serviços da Câmara, devidamente policiados, com ordem para destruir o parque. Não o conseguiram graças à presença indignada da popu-

lação e da própria Junta, mas voltaram de madrugada, de novo protegidos pela polícia, levando tudo e concretizando assim as ordens camarárias. De seguida o presidente da edilidade "AD" recusar-se-ia, pura e simplesmente, a receber a Junta que a ele se dirigira com urgência.

A população de Miragaia não está disposta a submeter-se a tal arbitrariedade, vinda ainda por cima de quem sempre se desinteressou dos seus problemas; mas o acontecimento levanta mais uma vez a interrogação: como é possível tal gente continuar à frente do País?

Iniciativas APU

• A realizar

Para o próximo fim-de-semana estão programadas dezenas de iniciativas, quer do PCP quer da APU, para apresentação de candidatos e debates com as populações sobre problemas nacionais e locais.

Em destaque a visita do camarada **Álvaro Cunhal** ao **Baixo Mondego**, onde ultimamente se registaram importantes lutas de agricultores, designadamente dos produtores de arroz.

Em destaque também a participação de outros dirigentes do Partido em sessões públicas promovidas pela APU: **Octávio Pato** no distrito do **Porto**, (sábado e domingo), **Sérgio Vilarigues** em **Viseu**, **Blauqui Teixeira** e **Dias Lourenço** no distrito de **Santarém**, **José Casanova** em **Lisboa**.

Álvaro Cunhal no Baixo Mondego

A Região do Baixo Mondego — onde a APU é a única força que concorre à totalidade dos órgãos autárquicos dos 7 concelhos que a compõem — se deslocou no próximo sábado o camarada Álvaro Cunhal.

Numa visita organizada pelo organismo do Baixo Mondego do PCP, o camarada Álvaro Cunhal estará a partir das 11 e 30 em **Vila Verde** e depois em **Tavarede**, e participará num almoço-convívio em **Licela**. Na parte da tarde estará em primeiro lugar em **Montemor-o-Velho**, onde intervirá durante um comício, depois em encontros com as populações de **Formosa e Alfairoles** e ainda num encontro em **Soure**. Finalmente, no Sobreiro (concelho de Condeixa) reunir-se-á com camaradas e amigos num jantar de convívio.

Distrito do Porto

Uma grande acção de rua no centro do **Porto** está já programada para domingo: é o cortejo alegórico onde se incluirão cerca de 2 dezenas de carros que representarão os problemas da cidade e as propostas da APU. Participam todos os candidatos, e a concentração será às 15 horas na Av. dos Aliados. No final, desfile de bandas, fanfarras e ranchos.

Ainda de sublinhar as iniciativas que contam com a participação do camarada **Octávio Pato**, da Comissão Política e do Secretariado do CC: no sábado, às 15 e 30, sessão de apresentação de candidatos na **Mala**, na Escola Preparatória; a partir das 17 e 45, visita e contactos com as populações das freguesias de **Miragaia, Sé e Vitória**, na zona ribeirinha do Porto. A noite, em **Vila Nova de Gaia**, comício-festa no Liceu. No domingo: às 10 e 30, visita à freguesia de **Freamunde** (Paços de Ferreira); em **Campo** (Balsemas), sessão de apresentação dos candidatos às 15 horas. O camarada **Octávio Pato** estará também, mais tarde, na Escola do Passal, em **S. Pedro da Cova**, para participar num magusto que deverá começar cerca de 15 horas.

Outras sessões a realizar na cidade do **Porto** para apresentação dos candidatos a Assembleias de Freguesia: sábado, às 15 horas, no salão da Junta de Aldoar; às 21 e 30, na sala da Comissão de Moradores da **Viária**; também às 21 e 30, na Cooperativa de **Rozalide**. ● Em **Santo Tirso** realiza-se no domingo, a partir das 16 horas, na Escola Industrial, uma festa-magusto.

Distrito de Faro

Na cidade de **Faro**, sessões de apresentação de candidatos às freguesias de **S. Pedro** (sábado, 21 e 30, na Coopopfa) e **Sé** (domingo, 21 e 30). ● Em **Silves**: além do comício que se anuncia para o próximo sábado às 21 horas, na Sociedade Recreio e Instrução, **S. Marcos**, em que participará **Vitor Neto**, candidato APU à Presidência da Câmara Municipal, no mesmo dia haverá também em **S. Marcos**, na **Azlinheira**, uma sessão pública para apresentação dos candidatos e do programa da APU à freguesia; ainda uma sessão pública em **Silves** (armazém do sr. João Rosa), às 15 horas, e um porta-a-porta em **Messines** — ambos com **Vitor Neto**, que no domingo participará num outro porta-a-porta em **Amorosa**. **Vitor Neto** participará também no domingo, a partir das 16, num comício que se realizará no cinema de **S. Bartolomeu de Messines**. ● **Vila do Bispo**: nos dias 13 e 14 porta-a-portas em todo o concelho para distribuição de listas ● **Vila Real** de **Santo António**: no sábado, porta-a-portas no Bairro da Caixa e do FFH; na Manta Rota e em **Cacela**; no domingo, porta-a-porta, a partir das 10 horas,

Distrito de Viseu

Festa Popular da APU no sábado, a partir das 21 e 30, para apresentação dos candidatos APU às autarquias de **Viseu**. Decorrerá a **Feira de S. Mateus** e terá a participação do camarada **Sérgio Vilarigues**. No final, actuações de **Luís Basto** e **João Fernandes**, de **Francisco Seia** e do conjunto "Anagrama".

Distrito de Santarém

Na Casa do Povo de **Alpiarça**, na sexta-feira, reunião de quadros do PCP com início às 21 horas. Participação do camarada **Dias Lourenço**. Também na sexta-feira e à mesma hora, apresentação de candidatos à Assembleia de Freguesia em **S. Vicente de Paul**, na Casa de Convívio. Para sábado estão programadas sessões de apresentação de candidatos em **Aznhaça** — na Casa do Povo, das 20 e 30, com a participação do camarada **Blauqui Teixeira** e camarada **Blauqui Teixeira** no final um espectáculo com **Carlos Alberto Moniz** e **Maria do Carmo** — na **Gloria do Ribatejo**, às 21 horas, na Casa do Povo, e em **Salvaterra de Ma-**

gos, às 15 horas, no cinema, em sessões que terminará com a exibição do rancho folclórico "Danças e Cantares de Salvaterra" — ambas com o camarada **Dias Lourenço**.

Distrito de Lisboa

O tenente-coronel **Alfredo Moura**, candidato à Presidência da CM de Lisboa, participará na sexta-feira num magusto (dos autênticos, com castanhas e água-pé — a preço justo...), da iniciativa de trabalhadores da **Comunicação Social** que apoiam a APU. O convívio decorrerá no Largo de Santa Cruz do Castelo (Largo da Igreja) a partir das 9 da noite, e lá estarão também **José Carlos Ary dos Santos** e **José Manuel Osório**, prof. **Martinho da Assunção**, **Carvalhinho** e **Vital da Assunção**.

Para outras freguesias de Lisboa estão também anunciadas várias realizações. Ainda na sexta-feira: apresentação dos candidatos à freguesia de **Belém**, às 21 e 30 no Soc. **Alves Rente**; sessões, também às 21 e 30, com **Zita Seabra** no **Casal Ventoso**, e em **Vale Fundão**, **Marvila**, com **José Casanova**.

No sábado, às 10 horas, visita de **Zita Seabra** ao **Bairro da Liberdade**, e de **António Anibal** ao mercado de **Campo de Ourique**; às 15 horas, visita de **Rui Godinho** ao **Bairro 14 de Julho** nos **Olivais**; à mesma hora, apresentação dos candidatos à freguesia do **Lumiar**; a partir das 20 horas, magusto no Centro Social e Paroquial de **Alcântara** (Largo do Calvário); às 21 horas, sessão na Sociedade **Boa União**, freguesia de **S. Miguel**, e às 21 e 30 na **Quinta do Louro**, **Charneca**, com **Rui Godinho**. No domingo, a partir das 9 horas, visita de **António Anibal** a **Musgueira**, e às 13 horas um almoço-convívio com moradores de **Santos-o-Velho** com **Graça Mexia**.

Entretanto, para sábado à noite, a Comissão de Jovens de Apoio à APU na freguesia da **Ajuda** prepara um espectáculo no **Armazém**, à Rua do **Cruzeiro**, com **Mário Mata**, baile e uma video-festa que promete. As entradas podem ser adquiridas (a preço módico...) no Centro de Trabalho da **Ajuda** ou no sábado no próprio local.

No concelho de **Oeiras** está programada para domingo uma jornada de convívio (também com magusto dos candidatos APU à CM, AM e freguesia com a população. Será na Associação de Moradores de **Outeira-Portela**, a partir das 16 e 30.

• Realizadas

Distrito de Lisboa

O tenente-coronel **Alfredo Moura**, candidato independente da APU para a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, participou num almoço-convívio com a população da **Ajuda** no passado sábado, intervindo numa sessão de esclarecimento realizada à tarde no **Armazém**, onde equacionaria a política da Câmara "AD"/**Abe-cas** nomeadamente através de um exemplo bem patente a todos os presentes: mesmo em frente das instalações está a ser construído um curioso empreendimento turístico chamado de «O Pátio do Alfacinha», onde já foram investidos milhares de contos e a Câmara colocou diversos objectos de valor histórico para «embelezar» (apesar de ainda não estar acabado, já lá almoçaram **Pinto Balsemão**, **Freitas do Amaral** e **Mário Soares**); em contrapartida ao lado, em toda a zona,

Trabalhadores

7.º Encontro da indústria naval Soluções exigem outra política e outro Governo

O 7.º Encontro das CTs da Indústria Naval, que reuniu em Lisboa 154 delegados, reafirmou novamente a necessidade indispensável de mudar de política e de Governo para que seja possível pôr cobro às ameaças sobre milhares de postos de trabalho e manter activo um dos ramos da indústria pesada que integra algumas das maiores empresas do País.

O 7.º Encontro organizado pela CCCTIN (Comissão Coordenadora das CTs da Indústria Naval) do sector, cuja realização foi aqui amplamente comentada em números anteriores do "Suplemento", teve por base um documento de análise e proposta de medidas, que temos divulgado nas últimas semanas e ao qual voltaremos noutra oportunidade.

Das duas tónicas desse documento de análise e acção, agora revisto pela CCCTIN e divulgado após o Encontro de 6 do corrente, são o **Centro de Projecto** e a **coordenação do sector** em moldes nacionais e idênticos aos que existiram até se-

rem extintos em 1977 por lei do Governo PS.

Integrado nas lutas do sector, designadamente as da **Lisnave**, **Setenave** e **Parry & Son**, o 7.º Encontro da CCCTIN fez, naqueles campos como em outros, oportunas propostas que assentam nas realidades do nosso país e têm em vista o avanço da nossa economia.

No que respeita ao Centro de Projecto, as conclusões basea-

Volta a insistir-se na criação de um Centro de Projecto e de um organismo coordenador da Indústria naval como o que já existiu e foi extinto pelo Governo PS em 1977. Insiste-se no saneamento financeiro das empresas, nas questões fundamentais do investimento e da planificação.

das no documento, elaborado pelo conjunto das CTs, referem expressamente a inexistência desse Centro, bem como a "ausência de uma orientação conducente à investigação e desenvolvimento tecnológico o que implica a elevada incorporação de componentes importados".

Sobre a coordenação, as conclusões aprovadas no 7.º Encontro referem a "inexistência de articulação ou coordenação entre a indústria naval e os sectores a juzante, a montante e a banca", bem como "a ausência de um organismo coordenador que permita uma planificação de cargas dos estaleiros e conhecimento das necessidades das indústrias".

Defendendo uma **política marítima integrada**, o 7.º Encontro refere que o nosso país tem alternativas para a crise internacional, tendo em conta as **necessidades da nossa frota**, assim como dispõe de "condições favoráveis para concor-

ciamento e planificação coordenada, as conclusões referem nomeadamente que "a saída da crise, que não depende da superação da crise internacional", passa pela "definição de uma política marítima integrada, tendo em conta as duzentas milhas de águas territoriais, a nossa si-

Ao contrário das distorções e boatos do Governo 'AD', os trabalhadores da Indústria naval querem trabalhar. Estão dispostos a produzir, a empenhar as suas capacidades na produção.

São as circunstâncias económicas e políticas que fomentam as greves. Os trabalhadores querem o saneamento das empresas. Lutam pela garantia dos salários e dos postos de trabalho. Querem trabalhar.

rer no mercado internacional, nomeadamente exportando para os países de expressão portuguesa, através de linhas de crédito a estes países e apoios concretos aos construtores".

Quanto às propostas de finan-

tuação geográfica e as capacidades instaladas em matéria de indústria naval, bem como as potencialidades quanto ao desenvolvimento da marinha de comércio e das pescas", sem esquecer as indústrias a montante da indústria naval.

Lutas

● **Professores: greve em Coimbra e acções em Lisboa: forte adesão** — Afectando o funcionamento de todas as Faculdades; uma greve dos professores da Universidade de Coimbra teve, entre 3 e 5 do corrente, uma adesão próxima dos 100 por cento. Decidiu em plenário de 7 de Outubro, a greve foi, além do mais, uma prova de solidariedade de docentes não abrangidos pelas reivindicações que têm a ver com o subsídio de "dedicação exclusiva" e com a inclusão das dotações correspondentes no subsídio de férias, pensões e décimo-terceiro mês.

Entretanto em Lisboa os 700 alunos do Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ICSP) protestavam contra a falta de instalações apropriadas e compatíveis; ocupando salas próximas.

Enquanto os professores do Instituto Superior Técnico decidiam parar, solidários com a luta em Coimbra, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) desencadeava na zona da capital uma campanha de esclarecimento sobre a situação dos professores e do ensino, designadamente do ensino primário.

«**Milhares de crianças estão ainda sem aulas**», recorda o SPGL num comunicado. Faltam professores... Em muitas escolas os alunos são distribuídos pelas turmas em funciona-

mento, que ficam ainda mais superlotadas com essas soluções de recurso, adoptadas pelos próprios professores, sem que a lei a isso os obrigue, como frisa o Sindicato assinalando a boa-vontade dos professores que tentam resolver localmente alguns problemas. «No entanto, a boa-vontade não chega. O caos instala-se nas escolas de ensino primário», acrescenta o SPGL que apresenta várias reivindicações, designadamente no que respeita a acumulações e processamento das fases, que são os professores «os sucessivos patamares a que ascendem na sua carreira».

● **Têxteis: mantêm-se regalias do contrato de 1975/au-mentos de 21,5 por cento** — Mantendo as regalias conseguidas no contrato de 1975 e alcançado um acordo do qual consta uma cláusula de compromisso de revisão das tabelas e restante matéria em Julho de 1983, os trabalhadores do têxtil, malhas, lanifícios e tapeçaria levaram a bom termo as negociações com o patronato alcançando através da luta um aumento de 21,5 por cento. Os sindicatos consideram esse aumento uma vitória só possível pela unidade e mobilização demonstradas. Prosseguem entretanto as negociações dos subsectores do vestuário e cordoaria.

Manifestação

Prevista para a hora em que o «Avante!» começa a sair da máquina, uma jornada de luta foi anunciada para a tarde de ontem, dia 10, no Rossio pelas organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) da **Lisnave**, **Setenave**, **Quimigal**, **Siderurg**, **Parry & Son** e **CPP** (Companhia Portuguesa de Pescas).

A defesa das nacionalizações, do trabalho e do pão foi anunciada como objectivo da jornada, que se destina a «sensibilizar a opinião pública para a justiça da luta dos trabalhadores».

Num comunicado distribuído anteontem, as ORTs pedem a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições.

Informação sindical

● **CGTP-IN: O Governo "afunda-se no descrédito total"** — Acerca das declarações do Primeiro-Ministro na Conferência Nacional de Economistas, o departamento de informação da Central sindical emitiu um comunicado de protesto designadamente contra a afirmação segundo a qual a legislação do trabalho actualmente em vigor seria, segundo **Pinto**

Balsemão, "a responsável pelo desemprego e pela crise económica do País". Pedindo a demissão do Governo e o afastamento da "AD" da área do poder como "medida da maior urgência", a CGTP-IN afirma que a coligação, quer "pelas afirmações ora contraditórias, ora caricatas dos seus ministros, quer pela sua prática, afunda-se no descrédito total".

No Norte

«Nova vida sindical» para os professores

Prevista para 17 e 18 do corrente, uma assembleia constituinte decidirá dentro de uma semana sobre a criação do Sindicato dos Professores do Norte. A iniciativa destina-se a «dar corpo e construir uma nova vida sindical».

Há cerca de um mês, com mais de 500 presenças, realizava-se no Porto uma grande reunião onde predominou a crítica e se manifestou desconfiança relativamente à direcção do Sindicato. Dos Professores da Zona Norte.

Foi nomeadamente assinala-

do «o desrespeito e a subalternização dos interesses dos professores por parte da direcção do SPZN», eleita em fins de Junho apenas com 10 por cento de apoio dos professores.

Durante o debate que precedeu a decisão de criar um novo Sindicato, os participantes na reunião do Porto concluíram que o SPZN deixou de ser representativo e democrático. Não é forte, nem participativa. Deixou de ser um sindicato dinâmico, combativo e de classe.

Distrito de Setúbal

No distrito realizaram-se este fim-de-semana sessões de apresentação de candidatos da APU aos (e nos) Concelhos de **Alcácer do Sal**, **Sesimbra** e **Alcochete**, o III Encontro Concelhio da APU no **Montijo** e um magusto em **Miratejo** (Seixal), de colaboração com a respectiva Comissão de Moradores.

Distrito de Leiria

Assinalando «o arranque do trabalho de massas para o reforço da APU em todos os Concelhos do Distrito de Leiria, teve lugar no passado dia 6 nas Caldas da Rainha o Encontro de Comissões Eleitorais da APU neste Distrito; foram analisados os resultados obtidos na formação das listas apresentadas pela APU no Distrito, aprovada uma moção e um manifesto à população.

A luta dos professores da Universidade de Coimbra

«Há dois anos que os docentes universitários da Universidade de Coimbra reivindicam junto do Ministério da Educação determinadas pretensões que se prendem com a suspensão de um direito que lhes foi conferido ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente Universitária. Nesse sentido, os docentes vêm encetando diversas formas de luta que levaram, designadamente no ano lectivo 1981/82, ao adiamento repetido da abertura solene das aulas e a outras formas de protesto institucional, que traduzem, no conjunto, o ambiente de insatisfação e instabilidade que se instalou na Universidade Portuguesa» — sublinha o Secretariado da Organização de Professores do Ensino Superior de Coimbra do PCP, em nota datada de 5 de Novembro.

Mas, afinal o que pretendem os docentes da Universidade de Coimbra? A resposta dos professores comunistas e a explicação clara das questões que se levantaram com a luta dos docentes da Academia: «Simplemente que o complemento de vencimento, que mensalmente é pago aos que se dedicam em regime de exclusividade à função universitária, volte a contar para a pensão de reforma, pensão de aposentação e subsídios de férias e de Natal. E esta pretensão dos docentes visa não apenas corrigir a não aplicação da lei mas também procurar criar as condições para que a

Universidade possa desempenhar, de uma forma digna, as funções que lhe são exigidas pela sociedade portuguesa».

... E a inflação já vai em mais de 24 por cento!

Noutra passagem do seu comunicado, os docentes comunistas de Coimbra relacionam a luta dos professores do Superior com a actual situação social e política que o país vive, apontando a dado passo: «O crescimento e a agudização dos conflitos sociais vem-se generalizando no quotidiano da vida portuguesa, abrangendo pequenos e grandes sectores de actividade e envolvendo todos os estratos antimonopolistas da sociedade. E este desenho da situação sociopolítica não é de estranhar, se atendermos — entre outros factores — à degradação progressiva das condições de vida, à acentuada quebra do poder de compra e ao recurso sistemático, pelo poder, a medidas arbitrárias e ao não cumprimento das leis e da Constituição.

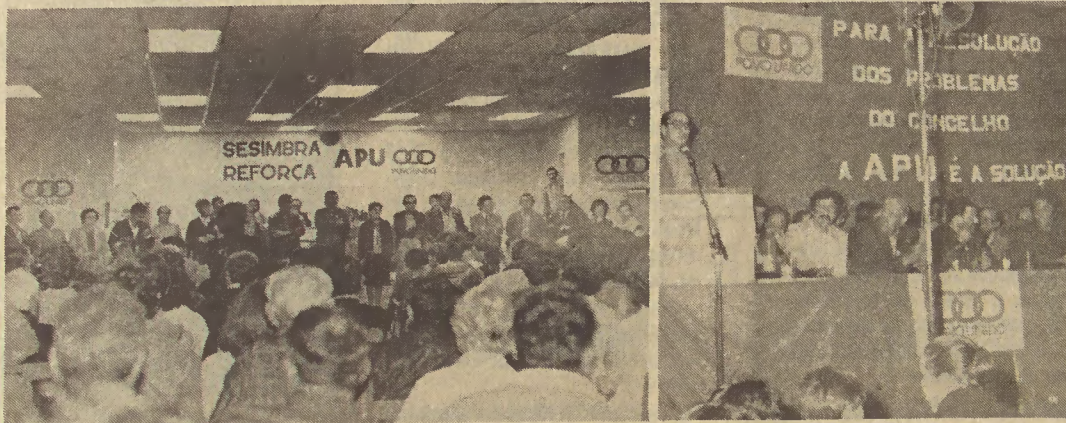
«Exemplificando, e apenas no âmbito da Função Pública, basta lembrar os ridículos aumentos de 11% para o ano de 1982 e a tentativa de, para o ano de 1983, o Governo impor unilateral e administrativamente 14% de aumento, quando só a inflação já vai este ano em mais de 24%».

E, mais adiante, salientam:

«Neste contexto a luta dos professores da Universidade de Coimbra é paradigmática no sentido de demonstrar que são as causas objectivas da degradação económica e sócio-institucional que une e move, ao seu próprio nível, os docentes para esta acção concertada, e não interesses ou estratégias partidárias ou sindicais. No mesmo sentido, também esta luta dos professores mostra claramente que, na sua origem mais profunda, está uma política anti-social de um Governo e de uma maioria "AD" que, de facto, se apresentam como os únicos responsáveis pela não resolução do problema, que já soube resolver para outros sectores».

Finalizando o seu documento, os professores comunistas recordam que «se a Universidade de Coimbra teve força e capacidade para, pela primeira vez neste país, eleger um Reitor verdadeiramente representativo da instituição, por maioria de razão saberá adoptar as formas de luta mais adequadas para levar a bom termo esta e outras acções contra eventuais medidas que travem ou impeçam o normal desenvolvimento da instituição universitária.

«O exemplo de unidade demonstrado pelos professores, o modo maleável mas firme como tem sido desenvolvida esta luta, conjugado com o seu alargamento a nível nacional, são garantias de que os objectivos dos professores serão alcançados!».



Internacional

O difícil caminho da Paz

Nos primeiros dias de Dezembro, em Waldprechtsweier, no Oeste da RFA, registou-se um acidente de camião que transportava uma carga particularmente perigosa — um foguetão norte-americano Pershing II. Por acaso o foguetão não explodiu. Por acaso não estava então equipado com a Cabeça nuclear. Mesmo assim impôs-se a evacuação dos 1200 habitantes da localidade.

Ainda não há muito, um míssil da NATO foi disparado sobre uma praia. Por acaso. Por acaso também não estava lá ninguém.

Poder-se-á dizer — são apenas acidentes. Sem dúvida. Mas acidentes particularmente perigosos. E sobretudo cada vez mais possíveis de se concretizar, cada vez mais apontando para a possibilidade de uma tragédia.

É possível que na lógica do imperialismo, na lógica das forças mais agressivas do capital, isto não tenha qualquer peso. Quando se discute os custos de uma guerra nuclear em vidas humanas, e se avançam números e percentagens, e se conclui que tais custos (aliás assentes em dados viciados) seriam aceitáveis, nada disso tem importância.

Mas se essa é a lógica do imperialismo, não é a lógica dos povos. Por isso o movimento crescente pela paz em todo o mundo. Por isso também o alarido da consciência do próprio povo americano, apesar da dose quotidiana de anticomunismo. Dose avassaladora, das escolas aos mass media.

Eleições nos EUA: que resultados?

No dia 2 de Novembro realizaram-se eleições legislativas nos Estados Unidos, abarcando a Câmara de Representantes, o Senado e os governadores de 36 dos 50 estados da união. Simultaneamente foram submetidos a cerca de um terço do eleitorado referendos sobre diversos assuntos, o mais importante dos quais relativo ao congelamento de armas nucleares.

Nestas eleições, como no referendo, sobre o congelamento de armas nucleares, duas questões fundamentais estavam em causa, questões aliás intimamente ligadas: a política económica de Reagan, condicionada pelo peso do Pentágono no orçamento nacional, e a política externa de corrida aos armamentos e implementação das armas nucleares.

Os resultados da política económica de Reagan são



A luta pelo desarmamento tem particular expressão no Japão

bem pesados para o povo americano: 10,4% da população activa desempregada. Um défice do orçamento federal de mais de 100 mil milhões de dólares. Graves restrições no que respeita às despesas sociais. E ainda o aumento dos impostos, em directo confronto com as promessas eleitorais.

No que respeita à política externa, a sua linha é muito clara: é a linha do confronto, do atirar de conflitos, do mais aberto e retrógrado anticomunismo e anti-sovietismo, a linha da corrida às armas em geral, e nucleares em particular.

A resposta do povo americano não se pode apreciar só nas urnas, nem só através de referendos. No último ano realizaram-se nos EUA manifestações de grandiosidade impar. Manifestações imensas em qualquer parte do mundo. Pela paz, pelo fim da corrida aos armamentos, contra a política económica de Reagan. Alargou-se o movimento «freeze» — pelo congelamento das armas nucleares. A unificação do movimento da paz parte de uma base de 20 milhões de pessoas.

Os resultados eleitorais (muito embora as eleições nos EUA estejam marcadas pelas elevadíssimas taxas de abstenção — um claro sintoma do que pensa o povo americano da democracia que se vive no seu país), e mais ainda os resultados do referendo, confirmam no essencial a amplitude do movimento contra a política ex-

quaisquer futuras evoluções de posição, como um reflexo da firme posição do povo grego pela paz — um povo que bem conhece quem de facto são os seus «potenciais agressores».

O Apelo de Lisboa em vésperas de Madrid

«1983 deve tornar-se o ano de profundas e unidas acções,

terna, contra a política económica de Reagan.

O Partido Republicano (de Reagan), perdeu cerca de 25 lugares na Câmara dos Representantes e sete ou oito lugares de governadores estaduais. No que se refere ao referendo sobre congelamento de armas nucleares, em oito dos nove estados a maioria das respostas foi a favor do congelamento.

Grécia anula exercício da NATO

Estava prevista para este mês a realização de manobras militares, com a participação de seis países da NATO, com base no Norte da Grécia. O objectivo anunciado era «mostrar a um potencial agressor que um ataque contra um membro da NATO será repellido por toda a Aliança Atlântica».

As manobras não se vão realizar. Nem toda a Aliança Atlântica se dispõe a pôr em causa os seus interesses nacionais para bem servir interesses que são claramente alheios aos dos seus povos. Em causa as relações, difíceis, entre a Grécia e a Turquia e o menosprezo da NATO por esse tipo de considerações.

Mas não só. A verdade é que o governo do PASOK ganhou as eleições de 81 apresentando dois pontos fundamentais no seu programa: a alteração da ligação com a NATO e a CEE. Dois pontos fundamentais que vai arrastando. E que hoje continuam a estar no centro das preocupações do povo grego, como o atestam os resultados conhecidos nestas últimas eleições autárquicas — de que o ponto mais saliente, universalmente reconhecido, é o avanço dos comunistas, muito em particular nas grandes cidades, nas grandes implantações operárias, onde é mais clara a consciência dos grandes problemas, das prioridades nacionais.

Pelo que a recusa do governo grego face à NATO não pode deixar de ser considerada, independentemente de

à escala mundial, pela paz e pelo desarmamento, tendo em vista, em particular:

«— suspender e impedir a instalação de todos os novos mísseis nucleares de médio-alcance em território europeu;

«— obter o congelamento da produção e instalação de todas as armas nucleares;

«— conseguir a renúncia ao emprego em primeiro lugar das armas nucleares, por parte de todos os Estados que as possuem;

«— levar a cabo medidas efectivas para a proibição de todas as armas nucleares;

«— assegurar negociações de desarmamento eficazes sobre todas as outras armas de destruição massiva e sobre as forças convencionais;

«— criar condições que permitam a utilização dos colossais recursos delapidados na corrida aos armamentos, para lutar contra o desemprego, o subdesenvolvimento e a fome».

Este o programa de acção que se insere no Apelo aprovado pela reunião da Presidência do Conselho Mundial da Paz, realizada em Lisboa.

Entretanto, reiniciaram-se em Madrid os trabalhos da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, após cerca de 8 meses de intervalo. O encontro de Madrid encontra-se neste momento num impasse. A convocação de uma Conferência sobre o desanuviamento militar e o desarmamento, proposta e defendida pelos países socialistas, viu-se bloqueada. Não foi possível qualquer conclusão válida, apesar de um projecto de documento final, apresentado pelos países não-alinhados, e considerado como uma boa base de trabalho.

As resistências são as mesmas que se verificam na batalha quotidiana pelo desanuviamento e o desarmamento. A vontade que se afirma pela paz, é também a mesma — em Lisboa como em Madrid, nos EUA como pela Europa: é a vontade dos povos, apoiada pelos países socialistas, contra a política belicista do imperialismo.



Saudação ao PCUS

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PCUS a seguinte saudação:

Queridos Camaradas, Na passagem do 65.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, todos os comunistas e o povo soviético.

Dirigida pelo partido de Lénine a Grande Revolução de Outubro significou para as largas massas exploradas e oprimidas da Rússia a conquista da liberdade, da democracia e do socialismo, representou um marco inapagável na história da libertação dos trabalhadores e povos de todo o mundo. Uma das grandes realizações da Revolução de Outubro foi a formação da URSS de que em breve se comemorará o 60.º Aniversário e que permitiu a numerosos povos outrora oprimidos pelo império tsarista um rápido desenvolvimento na senda do progresso.

A vitória da URSS sobre a agressão nazi-fascista confirmou uma vez mais a superioridade do socialismo sobre o capitalismo e criou condições favoráveis ao aprofundamento do processo revolucionário mundial.

Os êxitos e conquistas alcançadas pelo povo soviético, sob a direcção do PCUS, representam importantes estímulos para a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo pela sua emancipação nacional e social. Pelas suas realizações, pela sua política de paz, pela sua solidariedade internacionalista, a URSS e os países socialistas representam um factor determinante na evolução mundial e na defesa da paz.

Queridos Camaradas, O início da década de oitenta aparece marcada pela contra-ofensiva desencadeada pelo imperialismo norte-americano e os círculos mais reacçãoários da OTAN contra as forças da paz, do progresso social, do socialismo e que provoca sérias e perigosas tensões em numerosas regiões do globo constituindo uma real ameaça à paz.

A política belicista e agressiva do imperialismo está expressa no objectivo confessado, de obter a superioridade militar sobre a URSS e os restantes países socialistas a fim de impôr ao mundo o seu *diktat*; no apoio às criminosas invasões do Líbano pelos sionistas de Israel e da República Popular de Angola pelos racistas sul-africanos; no apoio às ditaduras fascistas e reacçãoárias; nas ingerências e ameaças constantes a todos os povos.

O PCP valoriza altamente as propostas de paz e as iniciativas de desarmamento da URSS, de que é exemplo



A mobilização popular que culminou com a revolução de Outubro abriu caminho à construção do primeiro país socialista

particularmente significativo a declaração unilateral de não utilização em primeiro lugar da arma nuclear.

Não subestimando de modo nenhum os graves perigos decorrentes dessa política belicista, os comunistas portugueses consideram que ela não é resultado do fortalecimento do imperialismo nem de uma nova armadura de forças na arena mundial favorável ao imperialismo.

Pelo contrário. Uma tal política traduz o aprofundamento da crise em que se debate o sistema capitalista em confronto com as realizações e a política de paz da URSS e dos países socialistas, o desenvolvimento do movimento operário dos países capitalistas, as extraordinárias vitórias do movimento de libertação nacional, a nova realidade dos países libertados que constroem sociedades progressistas orientadas para o socialismo. Ela tem como objectivo sustentar e fazer retroceder a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação.

Nesse sentido o PCP considera fundamental reforçar a unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional e fortalecer a amizade e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias da época contemporânea.

Queridos Camaradas, A luta do PCP em Portugal em defesa das conquistas da revolução de Abril, pelo afastamento da coligação reacçãoária da «AD» do Governo, por uma alternativa democrática e patriótica, é o melhor contributo dos comunistas portugueses à luta mais geral dos povos em defesa da paz e pelo progresso social.

Condenando as limitações e discriminações arbitrárias levadas a cabo pelo Governo «AD» em relação à URSS e outros países socialistas em contraste flagrante com os interesses do povo português e de Portugal, os comunistas portugueses pronunciam-se pelo desenvolvimento a todos os níveis e em todos os domínios das relações entre dois Estados na base dos princípios do respeito mútuo, não ingerência e de reciprocidade de vantagens, para bem dos dois povos, da paz e da cooperação mundial.

São múltiplos e fortes os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCUS. O PCP continuará a actuar para que se reforcem ainda mais os laços existentes entre os dois partidos na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse do reforço da unidade do movimento comunista e operário internacional.

Viva o 65.º Aniversário da Revolução de Outubro!

Viva o PCUS!

Viva a amizade entre o PCP e o PCUS!

Viva a amizade entre os povos da URSS e de Portugal!

Viva o internacionalismo proletário!



Ásia

Coreia do Sul colónia dos EUA

Completaram-se no passado mês de Setembro 37 anos desde que o imperialismo norte-americano ocupou a Coreia do Sul, dividindo em dois um país e uma nação, transformando aquele território numa verdadeira colónia dos Estados Unidos.

Considerando necessário denunciar os crimes que os EUA têm cometido na Coreia do Sul, o carácter de dependência colonial do «poder» sul-coreano e a sua verdadeira face como instrumento de agressão, o governo da República Popular Democrática da Coreia divulgou recentemente um importante «memorandum» sobre a situação que se vive naquela região. Uma situação que, como é salientado, é um insulto ao povo coreano e aos povos do mundo amantes da paz que lutam pela independência e soberania nacionais.

Os norte-americanos chegaram à Coreia logo depois do II Guerra Mundial, sob a capa de «libertadores» e com o pretexto de

participarem no desarmamento do agressivo exército japonês.

As verdadeiras intenções dessa campanha «libertadora» tornaram-se claras de imediato. Em 19 de Setembro de 1945 o jornal «People's World» transcrevia uma elucidativa declaração de John Hodge, comandante das forças americanas na região: «Eu utilizo o aparelho de controlo deixado pelos japoneses porque de momento este é o método de administração mais eficaz». O jogo japonês era substituído pelo jogo norte-americano!

A impossibilidade de estender esse jogo até ao norte, onde depois de reñidas lutas foi criada a República Democrática da Coreia, não impediu os Estados Unidos de afirmar no sul, pela força das armas, as suas tendências dominadoras sobre a Ásia. A importância militar e estratégica da Coreia, bem como os seus importantes recursos naturais, apenas serviram para aguçar o «apetite» dos políticos de Washington.

Não se pense no entanto que tal domínio, que ainda hoje se exerce sobre o povo sul-coreano, é imposto facilmente. Das revoltas populares ficaram na história os massacres da ilha Jeju, onde 70 000 habitantes foram mortos (um terço de toda a população) por se oporem à repressão colonial norte-americana.

Uma repressão que com o passar dos anos procurou disfarçar-se sob a capa de governos «independentes», escolhidos e orientados pelos Estados Unidos e sempre postos de parte quando deixaram de servir os interesses dos seus patronos. As raízes de tal «independência» começaram com Syngman Rhee, prosseguiram com Pak Jung Hi e chegaram aos dias de hoje com Zon Du Juan, num leque de traidores à pátria e servilistas convictos dos interesses imperialistas, nados e criados na «família» norte-americana.

O reconhecimento desta realidade é um facto mesmo nos Estados Unidos. Ainda recentemente o

«Washington Post» qualificava o governo fantoche da Coreia do Sul como uma «imagem falsa para dar a impressão de que existe alguma independência sob a dominação dos Estados Unidos». Seria difícil exigir maior clareza...

Ponta de lança do imperialismo na tentativa de criar na região do Pacífico de um novo bloco político-militar, o regime fantoche da Coreia do Sul desmascarou-se por si: o envio de tropas para o Vietname do Sul, no passado, e a ajuda oferecida aos expansionistas israelitas demonstram bem a fidelidade com que prossegue a política agressiva da Casa Branca, contra os interesses dos povos da Ásia e de todo o mundo que lutam pela paz, pela soberania e independência nacionais.

Uma luta em que se empenha também o povo sul-coreano, determinado a expulsar os opressores estrangeiros e a tomar nas mãos a tarefa da reunificação da pátria, da construção de uma Coreia unificada e independente.

Pela libertação de Nelson Mandela

«Dediquei toda a minha vida à luta do povo Africano. Lutei contra a dominação branca e contra a dominação negra. Defendi o ideal de uma sociedade democrática e livre onde todos vivam juntos, em harmonia e com igualdade de oportunidades. É um ideal por que espero viver e espero alcançar. Mas se for preciso, é um ideal por que estou disposto a morrer» — são palavras de Nelson Mandela, dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC), ao Tribunal que o condenou a prisão perpétua, em Abril de 1964.

Nelson Mandela foi preso há 20 anos — em 5 de Agosto de 1962 —, como dirigente do ANC e do seu braço armado, Umkhonto we Sizwe. Julgado em Novembro do mesmo ano, foi então condenado a seis anos de prisão.

Ainda na prisão, foi novamente julgado, em Abril de 64, e condenado a prisão perpétua.

Vinte anos depois, Mandela

tornou-se o símbolo universal da resistência e da luta do povo da África do Sul. Dirigentes e organizações políticas de todo o mundo — nomeadamente as Nações Unidas, o Parlamento Europeu, chefes de Estado, Parliamentos, igrejas, sindicatos — têm vindo a pedir a libertação incondicional de Mandela e de todos os presos políticos africanos.

Mandela e os outros dirigentes do movimento de libertação da África do Sul são hoje reconhecidos como os verdadeiros dirigentes do povo sul-africano, e salienta-se não ser possível a paz na África do Sul sem a libertação dos dirigentes sul-africanos presos, sem a libertação de todos os presos políticos, sem a libertação de Nelson Mandela.

Neste ano — quando se assinalam 20 anos da prisão de Mandela — o Comité especial contra o Apartheid lançou uma campanha pela libertação de Mandela e de todos os presos políticos africanos. Uma campanha que exige a activa solidariedade de todos nós.

Mandela na prisão, em 1966

Vinte anos passados sobre a prisão de Mandela, o ANC não só não foi destruído como dia a dia se reforça. E é o regime de «apartheid» que, apesar do multiforme apoio do imperialismo, manifesta sintomas de fraqueza e dissolução interna.

Centenas de patriotas da África do Sul e da Namíbia estão em prisões de máxima segurança. Muitos foram assassinados sob tortura. Outros mortos «legalmente». Mas a luta do povo sul-africano reforça-se e, com ela, a solidariedade internacional, que surge como um importante elemento na ofensiva contra o regime de «apartheid».

Neste ano — quando se assinalam 20 anos da prisão de Mandela — o Comité especial contra o Apartheid lançou uma campanha pela libertação de Mandela e de todos os presos políticos africanos. Uma campanha que exige a activa solidariedade de todos nós.

Neste ano — quando se assinalam 20 anos da prisão de Mandela — o Comité especial contra o Apartheid lançou uma campanha pela libertação de Mandela e de todos os presos políticos africanos. Uma campanha que exige a activa solidariedade de todos nós.

Neste ano — quando se assinalam 20 anos da prisão de Mandela — o Comité especial contra o Apartheid lançou uma campanha pela libertação de Mandela e de todos os presos políticos africanos. Uma campanha que exige a activa solidariedade de todos nós.

Neste ano — quando se assinalam 20 anos da prisão de Mandela — o Comité especial contra o Apartheid lançou uma campanha pela libertação de Mandela e de todos os presos políticos africanos. Uma campanha que exige a activa solidariedade de todos nós.